



Prévia da inflação oficial cai para 0,51% em maio

Brasil deve atualizar sua política para continente africano, diz Lula

Página 4

Mercadante anuncia R\$ 20 bilhões em linha de crédito para inovação

Página 3

BNDES anuncia R\$ 3,6 bi para Pronaf Safrinha

O presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Aloizio Mercadante, anunciou na quinta-feira (25), em São Paulo, recursos da ordem de R\$ 3,6 bilhões para a colheita da safrinha, nome dado ao cultivo plantado no verão e logo após a safra e colhido entre o outono e o inverno. A verba será repassada pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

“Vamos começar a abrir o cadastro, nos próximos dias”, disse Mercadante, em entrevista concedida após participar do evento Dia da Indústria, promovido pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

Durante o evento em São Paulo, Mercadante anunciou pacote de medidas do BNDES destinadas ao setor industrial. Entre as medidas estão a disponibilização de R\$ 2 bilhões para empresas brasileiras exportadoras com receita em moeda americana ou atrelada à variação cambial; a redução dos spreads para financiar a produção de bens nacionais voltados à exportação; e a disponibilização de R\$ 20 bilhões, nos próximos quatro anos, para financiar inovação tendo por juros a Taxa Referencial (TR).

A primeira linha anunciada por ele, de R\$ 2 bilhões – podendo chegar a R\$ 4 bilhões – será oferecida à indústria exportadora nas mesmas condições da agricultura: 7,5% de juros ao ano, com taxa fixa em dólar e dois anos de carência.

Por sua vez, os R\$ 20 bilhões em recursos serão voltados para financiamento de inovação nos próximos quatro anos a uma taxa de 1,7% ao ano e dois anos de carência. “Quem quiser fazer inovação, pode ir ao BNDES que vai ter dinheiro”, disse Mercadante, durante o evento.

Já o BNDES Exim Pré-Embarque vai financiar a produção de bens nacionais a serem exportados. Neste caso, o spread cobrado pelo banco será reduzido em até 60%, no caso de micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) mas, segundo o banco, as melhoras nas condições da linha abarcarão empresas de todos os portes.

Em entrevista à imprensa, Mercadante disse que os recursos trazidos ao país nas viagens internacionais que foram feitas pelo presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, além do combate ao desmatamento no país, é que permitiram ao banco de fomento anunciar todas essas linhas de financiamento. (Agência Brasil)

Governo anuncia redução de até 10,96% no preço de carros novos



Foto/Arquivo/ABR

Página 3

Esporte

SM Kart Competition teve 9 horas de corridas no Kartódromo de Interlagos

Em um domingo (21/5) inteiro festivo, 240 pilotos participaram por cerca de nove horas de diversas provas no Kartódromo de Interlagos (SP/SP), na disputa da quarta etapa do SM Kart Competition, o mais popular campeonato de rental kart do Brasil. Foram distribuídos mais de 400 brindes e prêmios entre todos os participantes.

Além da competitividade das 14 provas, um dos destaques foi a comemoração reservada para as mães de pilotos, que nunca tiveram a experiência de pilotar um kart, e participaram da Corrida das Mães. As que não quiseram competir, puderam conhecer o traçado dando uma volta na pista a bordo de um calhambeque,

ou na caçamba de uma picape. Ou ainda andando de carona no Old Stock de Regina Calderoni.

O SM Kart Competition tem apoio de Aboissa Commodity Brokers, Adelante Sports, AKSP, Albarelli Sistemas, Aldeia da Serra Biscoitos, Alpie Escola de Pilotagem, Alvorada Pets, Aqui jaz, Artmix, Banda Gozi, Banda Rolichs Selvagens, Bar Lounge 97, Box4Cars, Braúna Investimentos, Bunny Burger, Caio Andrade Teto Baixo Tatoo, Cantina 1020, Carlos Masso Terapias Corporais e Energética, Cento e Onze Design, Cervejaria Paulistânia, Clínica de Olhos AS, Directa Imóveis, Divando com Andy Fani, DKR Luvas e Macacões, Dra Karla Gurgel, Dra Deise Mitaki, Dr Pablo Magalhães, Doce do Conde, ECPA, Energy,



Foto/Fernando Silveira

Todas provas da SM Kart Competition foram bem acirradas

Espaço Ita Wegman, Estética LS, Família Presto Pizzaria e Restaurante, Filé Restaurante e Bar, Flávia Sorrentino Estética, Flo-

ricultura Jardim dos Amores, FuteRock, Grakar, Gigia Pastel do Mercado, Gym Free Tensores para Treinamento, Harder Than, Infinity, Itália no box, Jacaré Vitaminas, Jornal O Dia SP, K-Burguer 97, K' Cakes Confeitaria Artesanal, Loba Eventos, Laurelli Escola de Pilotagem, LR Interlagos, MasterMídia Marketing, Meg Star Speedwear, Monster English, Nicoboco, Nova Aclimasom, Padaria Karol 97, Pierri's, PFox Informática, Philadelfia Confecções, Planet Photo, Powerfull Teacher, School Fighter, SM Renovadora de Veículos, SOS Veterinária, Speed Angels Kart Racing Girls, Studio JZ Danças e Teatro, Sky Pizza, Surah Korean Cuisine, Trip 'n' Ride, TriploNet Internet Fibra Óptica, ULV, VF Simuladores, W.I.S Secret, Wise Up, Zio Vito Pizze e Pasta.

Página 2

São Paulo sanciona lei do novo salário mínimo estadual de R\$ 1.550

F2: Enzo Fittipaldi é destaque e fica entre os primeiros no único treino livre em Mônaco



Foto/Dutch Photo Agency

Enzo Fittipaldi

Único brasileiro do grid da Fórmula 2 em 2023, Enzo Fit-

tipaldi teve um início de final de semana positivo em Mônaco,

onde é realizada a quinta etapa da temporada. Na única sessão de treino livre no circuito montado em Monte Carlo na manhã de quinta-feira (25), o piloto da Carlin registrou o sexto melhor tempo da sessão.

Fittipaldi destacou que foi uma sessão das mais complicadas por conta das bandeiras vermelhas, três no total, incluindo uma que antecipou o encerramento da atividade. Além disso, as zebras molhadas pela chuva que atingiu a região do circuito antes do início das atividades também tornaram as condições um pouco mais difíceis.

“Foi um bom primeiro treino. Estamos com ritmo forte. A

pista estava um pouco difícil no começo, com algumas zebras molhadas, então tive que tomar cuidado. Mas, no final, foi um bom treino, com algumas voltas boas. Foi uma atividade complicada com muitas bandeiras vermelhas. Era para ter tido um treino de largada, que não foi possível por conta da bandeira vermelha. Não foi uma atividade perfeita, mas foi boa”, disse Fittipaldi, que integra a academia da Red Bull.

“Estamos com um ritmo bom. Temos que melhorar algumas coisas, mas estamos prontos para a classificação, quando vai ser extremamente importante fazer a volta cedo. Cada volta vai contar, pois a gente não sabe

se vai sair uma bandeira vermelha. Então é sempre importante encaixar uma volta boa o mais rápido possível”, completou Enzo Fittipaldi, que tem os patrocínios de Eurofarma, Claro, Snapdragon, OakBerry, Baterias Moura, Stake, PLGG e Fantom.

A programação da Fórmula 2 em Mônaco terá sequência nesta sexta-feira (26), quando será realizada a classificação, marcada para 10h10. A primeira corrida do final de semana está marcada para 9h15 de sábado, enquanto a etapa monegasca do campeonato será encerrada no domingo, a partir das 4h40, com a segunda corrida. O BandSports mostra toda a programação.

Governo lança versão mais moderna e acessível do Diário Oficial do Estado

O governador Tarcísio de Freitas apresentou na quinta-feira (25) o novo Diário Oficial do Estado de São Paulo. Idealizada pela Secretaria de Gestão e Governo Digital, com execução da Prodesp – empresa estadual de Tecnologia, a publicação reformulada marca uma importante atualização do formato 100% digital, por meio de uma plataforma mais moderna e acessível à população.

“A gente sempre incluiu a digitalização como um passo fundamental, o estado mais rico do Brasil ainda era atrasado do ponto de vista digital e prestação de serviços públicos. Por isso, criamos uma Secretaria de Gestão e Governo Digital. Parecem passos simples, mas que mudam a vida do cidadão. O novo Diário Oficial reforça a publicidade e a transparência

como princípios da administração pública”, declarou Tarcísio. O governador explicou que os atos oficiais da Assembleia Legislativa e de prefeituras também poderão ser publicados sem custos na nova plataforma.

A cerimônia no Palácio dos Bandeirantes também contou com a presença do secretário-chefe da Casa Civil, Arthur Lima, do secretário-chefe da Casa Militar e coordenador da Defesa Civil do Estado, Henguel Ricardo Pereira, dos secretários estaduais Caio Paes de Andrade (Gestão e Governo Digital), Fábio Pietro (Justiça e Cidadania), Sonaira Fernandes (Políticas para a Mulher) e Jorge Lima (Desenvolvimento Econômico), a Procuradora-Geral do Estado, Inês Coimbra, dos presidentes da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, André do

Prado, e da Prodesp, Gileno Barreto, do diretor-presidente do Detran.SP, Eduardo Aggio de Sá, além de autoridades estaduais e municipais, parlamentares e representantes da sociedade civil.

O novo Diário Oficial do Estado reflete o compromisso do Governo de São Paulo em adotar tecnologias inovadoras e eficientes para facilitar o acesso aos serviços estaduais. A plataforma digital teve renovação completa, com layout mais moderno e recursos aprimorados para tornar as buscas mais rápidas e intuitivas.

A versão atualizada e aprimorada da plataforma estará disponível para acesso público a partir da próxima segunda-feira (29). “O novo Diário Oficial de São Paulo representa um marco importante na busca por uma administração digital, transparente e eficiente. Com

essa renovação, reforçamos nosso compromisso de facilitar o acesso à informação para todos os cidadãos”, afirma o secretário de Gestão e Governo Digital.

A integração do Diário Oficial do Estado ao Sistema Eletrônico de Informações (SEI) – plataforma digital desenvolvida pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região e adotada pelo Estado em março passado – é outro avanço significativo.

A migração ao sistema federal permite mais fluidez na tramitação e publicação de atos administrativos, dá mais agilidade aos processos da gestão pública e garante disponibilidade de informações de forma integrada, certificada e de fácil acesso tanto para o funcionalismo como o público em geral.

Além disso, o Diário Oficial do Estado estará acessível em

diferentes dispositivos, incluindo computadores, tablets e smartphones, garantindo a acessibilidade e o alcance a um número ainda maior de pessoas.

“Com mais de 130 anos de história, o Diário Oficial tem grande valor para os órgãos da administração pública e para a população. Essa entrega vem com ferramentas importantes para a acessibilidade e demonstra como o Governo de São Paulo pretende modernizar, adotar o digital e alcançar o objetivo de ter um só Estado para cada cidadão,” declarou o presidente da Prodesp.

O que é o Diário Oficial
O Diário Oficial do Estado reúne e dá transparência a informações sobre decretos e leis estaduais, nomeações de servidores, andamento de obras públicas e prestação de con-

tas do governo paulista. Também lista exonerações, aposentadorias, admissões, afastamentos e demissões do funcionalismo, além de informações sobre a Dívida Ativa do Estado, entre outras atribuições.

No Diário Oficial, as empresas também podem se informar sobre balanços, atas, convocações, alterações de firmas individuais e sociedades limitadas, atos do Tribunal de Justiça, editais de intimação, despachos em processos cíveis e criminais, leis e decretos.

Além disso, órgãos públicos encontram no Diário Oficial decretos e leis que criam ou extinguem unidades, reorganizam secretarias, estabelecem atribuições ao funcionalismo, normas e disposições sobre abertura de créditos.

São Paulo sanciona lei do novo salário mínimo estadual de R\$ 1.550

O governador Tarcísio de Freitas sancionou na quinta-feira (25), no Palácio dos Bandeirantes, a lei que estabelece o novo salário mínimo paulista com valor de R\$ 1.550. Agora, o texto aprovado pela Assembleia Legislativa será publicado no Diário Oficial do Estado, formalizando o trâmite legal para a aplicação do reajuste. O novo valor é superior ao salário mínimo nacional e passa a vigorar a partir do dia 1º de junho.

“Nós temos que celebrar as vitórias, as conquistas e cada passo que estamos dando. A gente sabe que muitos passos têm que ser dados, mas é um primeiro passo importante para outros passos vigorosos no sentido de recuperação de poder de compra do trabalhador, de uma sociedade mais justa e humana e de

um estado mais desenvolvido, com mais diálogo e dignidade”, declarou o governador. “Nós não vamos passar nenhum ano em São Paulo sem aumento real de salário mínimo acima da inflação”, reforçou Tarcísio.

A cerimônia também contou com a presença do secretário-chefe da Casa Civil, Arthur Lima, dos secretários estaduais Gilberto Kassab (Governo e Relações Institucionais) e Jorge Lima (Desenvolvimento Econômico), da Procuradora-Geral do Estado, Inês Coimbra, do presidente da Assembleia Legislativa de São Paulo, André do Prado, além de parlamentares, autoridades estaduais e municipais, lideranças sindicais e representantes da sociedade civil.

O novo piso salarial do estado unifica as duas faixas anteriores de remuneração, de R\$

1.284 e R\$ 1.306, e representará um reajuste de 20,7% para a primeira e de 18,7% para a segunda. O índice de aumento do piso paulista é quatro vezes maior do que a inflação acumulada nos últimos 12 meses, de 4,65%, segundo o IBGE.

O reajuste sancionado pela atual gestão estadual também é significativamente superior ao concedido para o piso paulista em 2022, que foi de 10,3%.

A proposta do novo salário mínimo paulista foi enviada à Assembleia Legislativa no último dia 2 de maio e tramitou em regime de urgência. Na votação em plenário, recebeu emenda que incluiu cuidadores de idosos na lista de profissões e atividades abrangidas pelo novo salário mínimo.

O presidente da Alesp ressaltou a importância do reajus-

te e o empenho dos parlamentares para aprovar a proposta do Governo de São Paulo. “Contamos com todos os deputados estaduais para votar o novo valor do salário mínimo paulista, que teve o maior reajuste desde 2007. E quando a gente fala em piso salarial, a gente está falando do atendimento à demanda da população que mais precisa. E é importante esse olhar para essa camada mais carente”, disse André do Prado.

Criado em 2007, o piso estadual permite que trabalhadores paulistas recebam remunerações acima do salário mínimo nacional. Os valores propostos pelo Governo do Estado levam em conta as condições de demanda de mão-de-obra e custo de vida em São Paulo, incorporando especificidades do mercado de trabalho local.

África Fashion Week no Brasil tem início em São Paulo

A iniciativa que já acontece no Reino Unido e na África, a Africa Fashion Week (AFW Brasil) ocorre pela primeira vez no país, no Expo Center Norte, em São Paulo. Até o dia 27 de maio de 2023, o local recebe desfiles de moda, mas também exposição de produtos e serviços nas áreas de vestuário, decoração, beleza, turismo e gastronomia.

Movimento global fundado pela empresária e especialista em moda nigeriana Ronke Ademiluyi Ogunwusi, objetiva também dar apoio ao empreendedorismo negro, explica a realizadora do AFW Brasil, Silvana Saraiva. “No evento trazemos designers, mas também traz os empreendedores pretos para que eles possam alavancar e inclusive internacionalizar seus negócios, o AFW é um instrumento de combate ao racismo estrutural que ainda hoje está ativo na estrutura social do Brasil”, comenta Silvana, presidente mundial do Instituto Internacional Feafro e da Câmara de Comércio Brasil África.

Segundo a organizadora, a AFW Brasil visa valorizar a diversidade cultural, combater o racismo e fomentar a integração do Brasil com o continente africano. “Não só porque temos 54% da população preta, mas também porque temos a similaridade cultural. A AFW Brasil abre um leque de oportunidades de internacionalização de empresas e também de comércio exterior, porque a África hoje está em diversificação econômica, com toda a cadeia do setor têxtil. E isso também faz com que outros setores da economia brasileira voltem seu olhar para o continente africano e ajuda a compreender melhor os interesses, os desejos e os anseios do consumidor preto brasileiro”.

A moda, destaca Silvana, é um instrumento de combate ao racismo. “A moda passa a ser um

instrumento reacionário de combate ao racismo, porque até hoje a moda ainda é euro centrada. A ideia é trazer uma nova ideia não só de design e estética, mas de modelagem que esteja mais alinhada com o corpo principalmente do afro-brasileiro, do povo negro brasileiro”.

Presentes na AFW Brasil, Meninos Rei, é uma marca de moda baiana assinada pelos irmãos Céu Rocha e Júnior Rocha. A marca nasceu em 2015 e tem origem no Subúrbio Ferroviário (Salvador), carregando a cultura da periferia da cidade, evidenciando hábitos, costumes, música e identidade.

Criada para quebrar padrões eurocêntricos, a Meninos Rei cresceu com seus tecidos africanos, mix de estampas, cores fortes, modelagens modernas e volumes. As referências ancestrais estão imprimidas nas peças, que despertam uma consciência de aceitação e valorização da identidade negra.

“Vamos apresentar na AFW Brasil looks com estampa exclusiva. Esse evento traz 17 marcas da África e apenas quatro marcas do Brasil e fomos selecionados, teve uma curadoria muito forte e passamos nessa curadoria, então a gente precisa mostrar a nossa modelagem novas e estampas exclusivas com a cara da Meninos Rei”, disseram os irmãos Rocha.

Os estilistas explicam quais aspectos simbólicos estão presentes na moda de design africano. “O tecido africano é muito rico, é um tecido muito forte que carrega muitos códigos, com os aspectos simbólicos como os do candomblé, todos esses códigos sempre estiveram presentes. A empresa Meninos do Rei apresenta esse tecido de outra forma, com outra linguagem, com a nossa cara, nossa modernidade, nossa ousadia. Nessa coleção apresentamos uma modela-

gem muito mais moderna, misturando mesmo o pop”.

Autora da pesquisa de mercado Moda Afro-Brasileira, design de resistência: o vestir como ação política, a pesquisadora e designer de moda Maria do Carmo Paulino dos Santos explica que a moda afro-brasileira é um instrumento contra o racismo, porque, carrega em seu bojo a luta de resistência da população negra.

“Essa moda ressignifica conceitos, tradições, comportamentos e modos de vida. Essa moda vem das periferias, vem dos terreiros, vem dos quilombos, vem das marchas e das manifestações de resistência negra. Essa moda é criada por pessoas pretas que querem ver nas passarelas a representação da sua estética negra, do seu cabelo crespo, dos seus traços negróides (grupo de pessoas que têm sua origem na África): caras pretas, peles retintas, nariz e lábios largos, e cabelos crespos”, explicou.

Para a pesquisadora, eventos como o África Fashion Week (da Nigéria), o são importantes para valorizar a imensa comunidade de imigrantes africanos no Brasil, de diversos países do continente africano: Angola, Nigéria, Gana, Guiné Bissau, Togo, Costa do Marfim, Moçambique, Namíbia, África do Sul, etc.

“Nestes últimos anos acompanhamos a movimentação forte e crescente de africanos vindos destes lugares, afim de comercializarem produtos têxteis. Uns trazem tecidos afros para vender, outros compram vestuário para revender em seus países de origem, e ainda tem muitos que aqui ficaram presentes. A empresa Meninos do Rei apresenta esse tecido de outra forma, com outra linguagem, com a nossa cara, nossa modernidade, nossa ousadia. Nessa coleção apresentamos uma modela-

Maria do Carmo cita outros eventos importantes, como a Feira Preta, que “há 20 anos é o maior festival de cultura e afroempreendedorismo da América Latina. Temos também a Expo-Favela que veio para fortalecer o empreendedorismo que já é potente nas favelas das periferias brasileiras. Vejo que todos estes eventos caminham para diminuir as desigualdades sociais e raciais que ainda assolam este território preto e indígena que é o Brasil”.

A cerimônia oficial de abertura dos desfiles será às 19h desta quinta-feira (25). Durante os três dias do evento, 25 a 27 de maio, pela manhã e à tarde, o AFW Brasil realizará exposição de produtos e serviços nas áreas de vestuário, decoração, beleza, turismo, gastronomia e bem-estar, além de rodadas de negócios com a participação de investidores brasileiros e estrangeiros previamente inscritos no site. A entrada é gratuita e as inscrições podem ser feitas por e-mail.

A AFW Brasil acontece na mesma semana da São Paulo Fashion Week, mais importante evento de moda da América Latina. Segundo a organizadora da AFW Brasil, é uma coincidência. “Marcamos dia 25 de maio porque é o Dia Mundial da África, o Africa Day. Não sabíamos que São Paulo Fashion Week aconteceria na mesma semana. Quem ganha é a cidade de São Paulo que vai respirar moda nesses dias, tanto do São Paulo Fashion Week como da Africa Fashion Week”, comemora.

A AFW Brasil conta com a presença do baiano Carlos Cruz, modelo internacional, que é o vice-diretor da semana AFW Brasil, responsável pela produção dos desfiles e castings, mais conhecido como Rei da Favela (nome adotado para homenagear o avô), e inspiração para os pretos mais jovens. (Agência Brasil)

CESAR NETO
www.cesarneto.com



CÂMARA (São Paulo)

Uma vez indicado o nome de quem o ex-vereador - hoje prefeito Ricardo Nunes (MDB) - quer no Tribunal de Contas, pelo menos 28 vereadores e vereadoras precisarão referendar a escolha

PREFEITURA (São Paulo)

Prefeito Ricardo Nunes (MDB) lutou - cultural e religiosamente - pra que sua igreja católica tivesse múltiplas representações na Virada Cultural paulistana (2023), que vai de amanhã até domingo ?

ASSEMBLEIA (São Paulo)

Deputados e deputadas da bancada cristã (igrejas católicas e protestantes) lutaram - cultural e religiosamente - pra que suas igrejas tivessem amplas representações na Virada Cultural paulistana 2023 ?

GOVERNO (São Paulo)

Governador Tarcísio Freitas (Republicanos) lutou - cultural e religiosamente - pra que sua igreja católica tivesse amplas representações na Virada Cultural paulistana - que vai de amanhã a domingo ?

CONGRESSO

Comissões Parlamentares de Inquérito, mesmo integrada pelos melhores deputados e deputadas federais e pelos melhores senadores e senadoras, não terá o poder de determinar as Verdades Reais, ...

(Brasil)

... sejam da invasão e depredações dos prédios dos 3 Poderes (8 janeiro 2023); das invasões do Movimento “Sem Terra” e das apostas fraudadas por empresas de jogos de azar no futebol brasileiro

PESIDÊNCIA (Brasil)

‘Janja’ tá entrando pra história brasileira de governos presidenciais como a esposa que está - literalmente - lado a lado com o marido presidente, enfrentando petistas que se acham sucessores do Lula (3)

PARTIDOS (Brasil)

Marina Silva entrou pra história como a petista que sucederia Lula (2010); a Verde que tentou tomar o PV; a possível sucessora do falecido Eduardo Campos (PSB) e a dona do Rede, que tá enredada

ANO 31

O jornalista Cesar Neto é editor da coluna [diária] de política - cesarneto.com - desde 1993. Recebeu “Medalha Anchieta” da Câmara (SP) e “Colar de Honra ao Mérito” da Assembleia (SP), por ter se tornado referência das liberdades

cesar@cesarneto.com

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação
AZ Editores de Jornais, Livros, Revistas Ltda

Matriz:
Viaduto 9 de Julho, 180
1º andar - Sala 12
CEP: 01050-060
Fone: 3258-1822
Filial: Curitiba / PR

Jornalista Responsável
Maria Augusta V. Ferreira
Mtb. 19.548

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Assinatura on-line
Mensal: R\$ 20,00
Agência Brasil - EBC

Publicidade Legal
Atas, Balanços e Convocações
Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R\$ 3,50

Governo anuncia redução de até 10,96% no preço de carros novos

O governo federal anunciou na quinta-feira (25) a redução de impostos com o objetivo de diminuir o valor final de carros novos no Brasil. A medida será possível com a redução das alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Programa de Integração Social e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (PIS/Cofins) para a indústria automotiva.

Os descontos que incidirão sobre o valor dos veículos irão de 1,5% a 10,96%, de acordo com critérios de preço, eficiência energética e densidade industrial no país. A medida vale para carros de até R\$ 120 mil.

Contudo, ainda não há definição de qual será o nível de redução das alíquotas e como o governo compensará o benefício. A medida está em discussão no Ministério da Fazenda, que terá 15 dias para apresentar os parâmetros que serão usados na edição de um decreto (para reduzir o IPI) e de uma medida provisória (MP) (para reduzir PIS/Confins) que será encaminhada para aprovação do Congresso Nacional.

As informações foram dadas pelo vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e

Serviços, Geraldo Alckmin, após reunião do presidente Luiz Inácio Lula da Silva com representantes de entidades de trabalhadores e fabricantes do setor automotivo, no Palácio do Planalto, em Brasília.

No encontro, Lula e Alckmin discutiram medidas de curto prazo para ampliar o acesso da população a carros novos e alavancar a cadeia produtiva ligada ao setor automotivo brasileiro, visando à renovação da frota no país. Segundo o vice-presidente, os benefícios serão temporários, para este momento de ociosidade da indústria.

De acordo com a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), o preço final ao consumidor pode cair para menos de R\$ 60 mil, conforme a política de cada montadora. Atualmente, não é possível comprar um carro popular por menos de R\$ 68 mil. O presidente da Anfavea, Márcio de Lima Leite, explicou que é importante que o benefício seja de pelo menos 12 meses, para melhor planejamento e investimentos da indústria.

Segundo Leite, os descontos serão imediatos após a publicação da MP e do decreto e incidirão, inclusive, sobre os veículos que já estão nos pátios das

montadoras.

Alckmin explicou que haverá uma metodologia para aplicação dos descontos, que levarão em conta três critérios. O primeiro é a questão social, do preço do carro. “Hoje o carro mais barato é quase R\$ 70 mil. Então, queremos reduzir esse valor”, disse. “O carro, quanto menor, mais acessível, maior será o desconto do IPI e PIS/Cofins. Então, o primeiro item é social, é você atender mais essa população que está precisando mais.”

O segundo critério é a eficiência energética, “é quem polui menos”. “Então, você premia e estimula a eficiência energética, carros que poluem menos, com menor emissão de CO2 gás carbônico, gases de efeito estufa”, disse.

Para Márcio de Lima Leite, da Anfavea, de modo geral, com a renovação da frota, já haverá ganhos ambientais para o país, uma vez que um veículo usado pode emitir 23 vezes mais gases de efeito estufa que um carro novo.

E, por fim, o critério da densidade industrial. “O mundo inteiro, hoje, procura fortalecer a sua indústria. Então, se eu tenho uma indústria em que 50% do carro é de peças fabricadas no

Brasil, feito no Brasil e o outro é 90%, isso vai ser levado em consideração”, explicou Alckmin.

Segundo o vice-presidente, o Brasil vem sofrendo um processo de desindustrialização e, por isso, o poder público deve fazer um esforço de recuperação para aumentar a competitividade e reduzir o Custo Brasil. “É o que chamamos de neoindustrialização”, disse.

Custo Brasil é um termo que descreve o conjunto de dificuldades estruturais, burocráticas e econômicas que encarecem e comprometem novos investimentos pelas empresas e pioram o ambiente de negócios no país. Ou seja, é a despesa adicional que as empresas brasileiras têm de desembolsar para produzir no Brasil, em comparação com os países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Em estudo realizado pelo governo federal em parceria com o Movimento Brasil Competitivo, em 2019, o Custo Brasil foi estimado em R\$ 1,5 trilhão, ou 22% do Produto Interno Bruto (PIB, soma de todos os bens e serviços produzidos no país).

Entre outras medidas, o governo aposta na reforma tribu-

tária, em discussão no Congresso Nacional, para redução desse custo.

De acordo com Márcio de Lima Leite, o setor automotivo trabalha hoje com 50% da sua capacidade instalada “É um dos menores números e um dos piores meses da indústria automotiva, mercado que representa 20% do PIB industrial.

A produção de veículos aumentou 8% no primeiro trimestre do ano em comparação com o mesmo período de 2022. Segundo balanço divulgado em abril pela Anfavea, foram fabricadas 496,1 mil unidades nos primeiros três meses deste ano.

Apesar de o número representar alta em relação ao ano passado, na ocasião, Leite lembrou que o primeiro trimestre de 2022 foi o pior resultado da indústria automobilística desde 2004. “Nós estamos repetindo em 2023 o pior trimestre desde 2004”, disse, ao comparar os dados da produção em 2022 e em 2023.

Hoje, o presidente da Anfavea destacou que, neste ano, houve 14 momentos de paralisação de fábricas, em razão da falta de semicondutores (insumo importante para o setor) e do problema de oferta que ainda vem

da crise provocada pela pandemia de covid-19.

“Nesse momento, as montadoras têm reafirmado a crença no Brasil, e nós estamos investindo R\$ 50 bilhões, um dos maiores ciclos de investimento da indústria automotiva. Nós acreditamos na competitividade e estamos fazendo um trabalho, junto com o governo, para retomada, para que o mercado tenha um aquecimento”, disse, em conversa com jornalistas, após a reunião no Palácio do Planalto, citando ainda a retomada da oferta de empregos no setor.

Outra medida que deve beneficiar o setor automotivo foi anunciada hoje pelo presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Aloizio Mercadante. O banco abrirá uma linha de crédito de R\$ 2 bilhões só para produtos de exportação, financiados em dólar.

Mais R\$ 2 bilhões estarão disponíveis para que empresas exportadoras realizem investimentos na modernização da sua linha de produção.

“Isso é uma medida extremamente urgente, relevante e que o setor tem visto com bons olhos”, disse o presidente da Anfavea. (Agência Brasil)

Mercadante anuncia R\$ 20 bilhões em linha de crédito para inovação

O presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Aloizio Mercadante, anunciou, na quinta-feira (25), em São Paulo, que o banco de fomento vai liberar R\$ 20 bilhões em crédito para investimentos em inovação no país. Mercadante deu a informação ao participar do evento Dia da Indústria, que está sendo realizado na Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp).

Segundo Mercadante, a taxa de juros será de 1,7% ao ano.

“Aprovamos ontem (4) R\$ 20 bilhões do BNDES para os próximos quatro anos, em inovação, com uma taxa de juros de 1,7% ao ano. Pode ir para o BNDES quem quiser fazer inovação que vai ter dinheiro, a juros baratos”.

Mercadante anunciou ainda uma linha de R\$ 2 bilhões de crédito só para produtos de exportação. “E estamos abrindo mais uma linha, a segunda, de mais R\$ 2 bilhões, que pode chegar a R\$ 4 bilhões, para a indústria exportadora poder se financiar nas mesmas condições

que fizemos para a agricultura.”

Segundo Mercadante, a taxa de juros fixa para essa linha de crédito será de 7,5%, em dez anos, com dois anos de carência.

“Estamos pagando R\$ 2 bilhões e reduzindo em 61% o spread, diferença entre o preço de compra e venda de um ativo ou uma transação financeira do BNDES. Estamos indo para o osso. Estamos praticamente abrindo mão do spread do banco para ajudar a indústria a exportar”, disse Mercadante, sobre as medidas.

dante, sobre as medidas.

Mercadante disse ainda que a indústria brasileira precisa de um programa nos moldes do Plano Safra, de fomento à produção rural. “Precisamos, sim, de um plano safra para a indústria. Não me venham falar que subsídio é jabuticaba. Jabuticaba é ter a maior taxa de juros com uma das menores inflações do planeta, que é o que temos hoje. Subsídio não é jabuticaba quando é transparente, bem aplicado e direcionado para setores estratégicos.” (Agência Brasil)

Confaz divulga nova tabela de preços médios de combustíveis

O Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) divulgou a nova tabela para o preço médio ponderado ao consumidor final (PMPF) de combustíveis nos Estados e Distrito Federal. A portaria que traz o preço de cinco produtos foi publicada na edição da quinta-feira (25) do Diário Oficial da União (DOU).

Os novos valores começam a valer a partir de 1º de junho e

não refletem, necessariamente, os preços na bomba de combustível dos postos. Foram divulgados os preços para querosene de aviação, etanol, gás natural veicular, gás natural industrial e óleo combustível.

O Confaz considera como critério a média móvel dos preços médios praticados ao consumidor final em até 60 meses anteriores à sua fixação. A tabela do PMPF serve de base de

cálculo do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

Contudo, também a partir de 1º de junho, entra em vigor a alíquota única e fixa do ICMS para a gasolina. A cobrança será de R\$1,22 por litro em todo o território nacional. Atualmente, as alíquotas são proporcionais ao valor e são definidas por cada estado, variando geralmente entre 17% e 18%. A mudança trará

impactos para o consumidor final, já que o valor do tributo é embutido no preço de revenda.

A mudança na regra tributária foi instituída pela Lei Complementar 192/2022. O valor das alíquotas fixas foi definido em março deste ano pelo Confaz. No caso do diesel, a alteração já está valendo desde 1º de maio, com uma cobrança de R\$ 0,94 por litro. (Agência Brasil)

MTE assina pacto com entidades do RS contra trabalho escravo

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), a Federação das Cooperativas Vinícolas do Rio Grande do Sul (Fecovinho), a Federação dos Trabalhadores Assalariados e Assalariadas Rurais do Rio Grande do Sul (Fetar/RS), o Ministério Público do Trabalho (MPT) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT) assinaram na quarta-feira (24), em Porto Alegre, um pacto para adoção de boas práticas trabalhistas para erradicar o trabalho análogo à escravidão na vinicultura Rio Grande do Sul.

A parceria vem depois que empresas do setor de vinhos foram flagradas mantendo pessoas em situação de trabalho análogo à escravidão, especialmente em companhias terceirizadas, que usavam da situação ilegal nas épocas de safra e de poda. Somente este ano, ações do MTE resgatou 296 trabalhadores neste tipo de situação no estado.

Segundo informações do MTE, o pacto considera a rele-

vância histórica e cultural da vitivinicultura e sua importância para os aspectos econômico, social e ambiental do Rio Grande do Sul. O estado é o segundo no país onde a prática ilegal teve mais trabalhadores resgatados em 2023, ficando atrás apenas de Goiás, que teve 372 resgates. No Brasil, nos primeiros quatro meses do ano, já foram resgatados 1,2 mil trabalhadores de trabalho análogo à escravidão.

Ação

De acordo com o MTE, por meio do pacto, os produtores se comprometem a erradicar o trabalho análogo à escravidão e todas as formas de desigualdade e discriminação, estimulando a negociação permanente sobre condições de trabalho e resolução de conflitos e o fortalecimento de mecanismos de diálogo entre a administração pública, empregadores, trabalhadores e a sociedade civil.

“O pacto busca ainda promo-

ver o trabalho decente e o aperfeiçoamento das relações e condições de trabalho na vitivinicultura do estado do Rio Grande do Sul, por meio da disseminação de orientações e informações que promovam um ambiente de trabalho saudável, seguro e com observância das normas legais em toda a cadeia produtiva do setor”, diz o MTE, em nota.

As entidades deverão orientar seus membros, associados e cooperados com relação à adoção de conduta responsável, com a plena aplicação das normas de proteção do trabalhador e do gerenciamento dos riscos sociais da atividade, como acidentes do trabalho, trabalho infantil e trabalho análogo ao de escravizados.

Já ao MTE cabe participar dos processos de formação e aperfeiçoamento das entidades e cooperativas filiadas, bem como dos associados e integrantes. O MPT e a OIT acompanharão as ações previstas no ins-

trumento, fomentando o desenvolvimento de políticas públicas, do diálogo e da articulação social em prol do trabalho decente.

“O pacto é um esforço, não só do governo e das empresas, mas deve ser um esforço de toda sociedade para erradicarmos essa prática tão perversa. Fere a todos e principalmente a imagem do país perante a comunidade internacional. É preciso dizer basta, não queremos trabalho análogo à escravidão. Precisamos de um novo padrão de comportamento da sociedade brasileira”, afirmou o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, na nota do ministério.

O presidente da Fetar/RS, Nelson Wild, defende que as contratações de safra sejam realizadas via Sistema Nacional de Emprego, o Sine. Para o diretor da OIT no Brasil, Vinicius Pinheiro, o pacto é um momento de relevância histórica, é o resultado concreto do diálogo social. (Agência Brasil)

Lembre sempre de lavar as mãos

INSS começa a pagar antecipação da primeira parcela do 13º salário

O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) começou a pagar na quinta-feira (25) a antecipação da primeira parcela do décimo terceiro salário, junto ao benefício do mês de maio para quem recebe até um salário mínimo.

Os primeiros a receber os créditos são beneficiários que ganham até um salário mínimo e possuem Número de Identificação Social (NIS) com final 1. A partir de 1º de junho, começam a receber os que ganham mais que o piso nacional e têm cartão NIS com final de inscrição 1 e 6.

Todos os pagamentos, segundo o instituto, serão feitos até 7 de junho. A antecipação do pagamento foi assinada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva no último dia 4.

A primeira parcela do 13º salário é isenta de descontos de impostos. Somente na segunda parcela incide a tributação. A consulta ao valor da primeira parcela pode ser feita pelo aplicativo ou por meio do site. (Agência Brasil)

Consumo nos lares brasileiros cresce 2,14% no quadrimestre

O Consumo nos Lares Brasileiros medido pela Associação Brasileira de Supermercados (Abras) encerrou o primeiro quadrimestre com alta de 2,14%. Na comparação de abril ante março a alta foi de 1,47%. Na comparação de abril de 2023 com abril de 2022 houve alta de 2,09%.

O resultado contempla os formatos de loja: atacarejo, supermercado convencional, loja de vizinhança, hipermercado, minimercado e e-commerce. Todos os indicadores são deflacionados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), medido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

De acordo com os dados da Abras, o valor da cesta de 35 produtos de largo consumo (alimentos, bebidas, carnes, produtos de limpeza, itens de higiene e beleza) registrou alta de 0,53% em abril, fazendo com que o preço na média nacional passasse de R\$ 747,35 em março para R\$ 751,29 em abril.

As principais quedas nos preços vieram da cebola (-7,01%), óleo de soja (-4,44%), margarina cremosa (-0,93%). Entre as proteínas, as quedas foram puxadas pela carne bovina com os cortes do traseiro (-1,16%) e do dianteiro (-0,86%).

Frango congelado (-0,36%) e pernil (-0,51%) também registram redução nos preços. Em 12 meses, os preços dos cortes bovinos nos supermercados acumulam queda de 11%. As altas ficaram por conta de tomate (+10,64%), leite longa vida (+4,96%), feijão (+4,41%), batata (+3,96%), farinha de mandioca (+2,87%), ovos (+2,46%).

Na categoria de limpeza, as altas foram puxadas por desinfetante (+1,63%), água sanitária (+1,25%), detergente líquido

do para louças (+0,44%), sabão em pó (+0,16%). Entre os produtos de higiene e beleza, creme dental (+1,35%), sabonete (+1,12%), xampu (+0,83%), papel higiênico (+0,73%) registraram maior variação de preços. Já entre os produtos de higiene e beleza, creme dental (+1,35%), sabonete (+1,12%), xampu (+0,83%), papel higiênico (+0,73%) registraram maior variação de preços.

Na análise regional do desempenho das cestas, a maior variação foi registrada no Centro-Oeste (+1,06%) onde a cesta passou de R\$ 696,45 em março para R\$ 703,81 em abril. Nas demais regiões as variações foram: Sudeste (+0,72%), Nordeste (+0,46%), Norte (+0,16%) e Sul (+0,04%).

Segundo o vice-presidente da Abras, Marcio Milan, no semestre, o novo reajuste do salário-mínimo, o reajuste dos salários dos servidores federais, a restituição do primeiro lote do Imposto de Renda 2023, a ampliação da isenção do imposto de renda para R\$ 2.640,00, a antecipação do 13º dos aposentados e pensionistas do INSS devem movimentar a economia.

“A combinação da desaceleração nos preços dos alimentos, a sequência de queda nos preços das carnes e os recursos injetados na economia trouxeram mais consistência ao consumo nos lares no quadrimestre. Em junho, a continuidade dos resgates dos recursos do PIS/Pasep, do pagamento de precatórios do INSS, a manutenção dos programas de transferência de renda do governo federal – Bolsa Família e Primeira Infância e a implantação do Benefício Variável para crianças, adolescentes e gestantes e pagamento do Auxílio Gás tendem a contribuir para a composição da cesta de alimentos”, disse. (Agência Brasil)



Edição impressa produzida pelo **Jornal O Dia SP** com circulação diária, em bancas e para assinantes. As integrações dessas publicações encontram-se disponíveis no site: <https://www.jornalodiasp.com.br/> leilões-publicidade-legal

Jornal O Dia SP

Forte Securitizadora S.A.

CNPJ nº 12.979.888/0001-70

Demonstrações Financeiras com Relatório do Auditor Independente										Relatório da Administração									
Demonstrações Financeiras - AVISO										Senhores Acionistas: Em cumprimento às determinações legais, submetemos a apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Forte Securitizadora S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas das notas explicativas e do relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras. Todas as informações financeiras estão apresentadas em Reais e foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Companhia emitiu 32 (trinta e duas) séries de CRIs, totalizando o valor de R\$ 827.840. O resultado líquido obtido pela Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi um lucro líquido de R\$ 5.882 (R\$ 353 em 2021) e o seu patrimônio líquido atingiu o montante de R\$ 29.042 (R\$ 27.703 em 31 de dezembro de 2021). Em atendimento à Instrução CVM nº 487/2018, informamos que a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda., empresa contratada para a prestação de serviços de auditoria independente sobre as demonstrações financeiras da Forte Securitizadora S.A., ou pessoas a ela ligadas, não prestou quaisquer outros serviços que não sejam os de auditoria externa. São Paulo, 16 de maio de 2023.									
www.jornalodiasp.com.br/					https://forteesc.com.br/reacao-investidor					www.gov.br/cvm/gpt-br					www.b3.com.br/gpt_br/				
Balancos patrimoniais 31 de dezembro de 2022 e 2021					Demonstrações do resultado 31 de dezembro de 2022 e 2021					Demonstrações das mutações do patrimônio líquido 31 de dezembro de 2022 e 2021					(Valores em milhares reais)				
(Valores em milhares de reais)					(Valores em milhares de reais)					(Valores em milhares reais)					(Valores em milhares reais)				
Ativo Circulante					Ativo Circulante					Ativo Circulante					Ativo Circulante				
Notas explicativas					Notas explicativas					Notas explicativas					Notas explicativas				
31/12/2022					31/12/2022					31/12/2022					31/12/2022				
Caixa e equivalentes de caixa					Caixa e equivalentes de caixa					Caixa e equivalentes de caixa					Caixa e equivalentes de caixa				
5					15					15					15				
Outros créditos					Outros créditos					Outros créditos					Outros créditos				
7					16					16					16				
Impostos a recuperar					Impostos a recuperar					Impostos a recuperar					Impostos a recuperar				
7					7					7					7				
Partes relacionadas					Partes relacionadas					Partes relacionadas					Partes relacionadas				
6					6					6					6				
Depósito judicial					Depósito judicial					Depósito judicial					Depósito judicial				
19					19					19					19				
Outros ativos					Outros ativos					Outros ativos					Outros ativos				
324					324					324					324				
Total do ativo circulante					Total do ativo circulante					Total do ativo circulante					Total do ativo circulante				
29.847					29.847					29.847					29.847				
Ativo não circulante					Ativo não circulante					Ativo não circulante					Ativo não circulante				
Imposta a recuperar					Imposta a recuperar					Imposta a recuperar					Imposta a recuperar				
7					7					7					7				
Depósito judicial					Depósito judicial					Depósito judicial					Depósito judicial				
19					19					19					19				
Impostos diferidos					Impostos diferidos					Impostos diferidos					Impostos diferidos				
419					419					419					419				
Intangível					Intangível					Intangível					Intangível				
238					238					238					238				
Direitos de uso					Direitos de uso					Direitos de uso					Direitos de uso				
8 (a)					8 (a)					8 (a)					8 (a)				
Total do ativo não circulante					Total do ativo não circulante					Total do ativo não circulante					Total do ativo não circulante				
25.079					25.079					25.079					25.079				
Total do ativo					Total do ativo					Total do ativo					Total do ativo				
54.926					54.926					54.926					54.926				
Passivo circulante					Passivo circulante					Passivo circulante					Passivo circulante				
Notas explicativas					Notas explicativas					Notas explicativas					Notas explicativas				
31/12/2022					31/12/2022					31/12/2022					31/12/2022				
Contas a pagar					Contas a pagar					Contas a pagar					Contas a pagar				
10					10					10					10				
Obrigações trabalhistas					Obrigações trabalhistas					Obrigações trabalhistas					Obrigações trabalhistas				
11					11					11					11				
Obrigações tributárias					Obrigações tributárias					Obrigações tributárias					Obrigações tributárias				
214					214					214					214				
Imposto de renda e contribuição social					Imposto de renda e contribuição social					Imposto de renda e contribuição social					Imposto de renda e contribuição social				
8 (b)					8 (b)					8 (b)					8 (b)				
351					351					351					351				
Outras obrigações					Outras obrigações					Outras obrigações					Outras obrigações				
6					6					6					6				
Dividendos a Pagar					Dividendos a Pagar					Dividendos a Pagar					Dividendos a Pagar				
14 (d)					14 (d)					14 (d)					14 (d)				
1.399					1.399					1.399					1.399				
Total do passivo circulante					Total do passivo circulante					Total do passivo circulante					Total do passivo circulante				
24.224					24.224					24.224					24.224				

**TALUDE CONSTRUÇÕES S.A.**

CNPJ/MF 14.914.786/0001-67

PROCESSO TRT/SP Nº 1002858-73.2021.5.02.0000

DISSÍDIO COLETIVO DE NATUREZA ECONÔMICA SUSCITANTE 2020/2021- 2021/2022
...nota de empenho, para efeito de correção dos valores emitidos, tendo em vista o pagamento do reajuste salarial para os demitidos 05/2020 – 04/2021 e 05/2021 – 04/2022 estará disponível na conta informada no ato da admissão a partir de 10/06/2023. Caso as contas cadastradas junto a empresa tenham sido encerradas, favor entrar em contato com RH no tel.: (55 11) 41335114 – (11) 9 4120-3170 (WhatsApp). Talude Construtos S/A.

VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/ME Nº 08.769.451/0001-08 - NIRE 35.300.340.949

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 491ª SÉRIE DA 4ª EMISSÃO DA VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO com sede na Rua Tabapuã nº 1.123, 21º andar, c/pis. 11, Itaim Bibi, São Paulo, CEPS 04533-004 (CRL), Titulares dos CRL, Emissora e Emissora respectivamente), a OLIVEIRA TRUSTS DISCIPULADA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A. (Agente Fiduciário), e os representantes da Emissora, a reunirem-se em primeira convocação, para Assembleia Geral ("Assembleia"), a ser realizada em 16 de junho de 2023 às 14h00, de forma exclusivamente remota e eletrônica através da plataforma Microsoft Teams, conforme Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), nos termos desta edital, a fim, de conformar cláusula 16.4 do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da Emissão celebrada entre a Emissora e o Agente Fiduciário, e 8.3 do Termo de Securitização, bem como a aprovação da Renovação do Antecipado Compulsório Automático das Notas Comerciais e, conseqüentemente dos CRI, nos termos da cláusula 4.1.1 do Termo de Securitização e 8.3 do Termo de Securitização, bem como a aprovação da Renovação do "Instrumento Particular da 1ª (Primeira) Emissão de Notas Comerciais, Não Conversíveis em Participação Societária, com Garantia Real e Fidijudiciária, Emissão em Série Única, Destinada para Colocação Privada, da Cia Agropastoril Vale do Piragiba" ("Termo de Emissão") e 8.3 do Termo de Securitização, em razão do descumprimento pela Cia Agropastoril Vale do Piragiba ("Emitente") em efetuar a recomposição do Valor Mínimo do Fundo de Reserva, conforme previsto no artigo 13.6.1 do Termo de Emissão e 5.8 do Termo de Securitização; b) Aprovar ou não a decretação do Resgate do Antecipado Compulsório Automático das Notas Comerciais e, conseqüentemente dos CRI, nos termos da cláusula 6.1.1 do Termo de Emissão e 8.3 do Termo de Securitização, bem como a aprovação da Renovação da Remuneração das Notas Comerciais, devida no dia 13 de junho de 2023, conforme previsto na cláusula 4.1.3.1 do Termo de Emissão e 8.3 do Termo de Securitização; c) Aprovar a prorrogação da Data do Primeiro Pagamento de Amortização Programada (conforme definido no Termo de Securitização) prevista para o dia 17 de julho de 2023, que, caso aprovada, será realizada no dia 16 de outubro de 2023, ficando certo que a não realização do pagamento pela Emitente na data estabelecida acima resultará na decretação do Resgate Antecipado Compulsório Automático das Notas Comerciais e, conseqüentemente dos CRI, nos termos da cláusula 6.1.1, (i) do Termo de Emissão e 8.3 do Termo de Securitização; d) Autorizar a Emissora, por seu representante legal, a emitir, conjuntamente com o Agente Fiduciário, realizar todos os atos e celebrar todas as quaisquer documentos que se façam necessários para implementar o contrato celebrado com o Agente Fiduciário, assim como ratificar a alteração do prazo de contratação de um novo instrumento de empréstimo aprovado pelo Conselho de Administração da Emissora, tudo de acordo com o que for necessário para embasar as deliberações dos Titulares dos CRI está disponível (ii) no site da Emissora: www.virgo.ince.com.br (iii) no site da CVM www.cvm.gov.br. A Emissora deve registrar, para fins de esclarecimentos, que o quorum de instalação da Assembleia em primeira convocação, será com a presença de Titulares de CRI que representem, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) mais 01 (um) CRI em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número, segundo cláusula 16.4 do Termo de Securitização, já as deliberações serão tomadas em primeira convocação por Titulares dos CRI, que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) presentes aos itens (a), (b) e (c) da presente Ordem do Dia, e com 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) CRI em Circulação presentes nas Assembleias para a realização de cada uma das deliberações previstas no presente Edital. Os Titulares dos CRI poderão exercer o direito de voto eletrônico de forma presencial ou por meio de link de acesso a ser disponibilizado pela Emissora através dos sistemas Titulares dos CRI que enviarão o endereço eletrônico da Emissora para gestao@virgo.ince com cópia para juridico@virgo.ince ao Agente Fiduciário para, para assembleias@oliveiratrust.com.br preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia, podendo ser encaminhado até o horário de início da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física, documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do Titular; (c) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos conferidos para a participação na Assembleia; e (d) quando o Titular for pessoa jurídica, cópia do Contrato Social e do Estatuto. O Titular do CRI poderá optar por exercer o seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar por videoconferência enviando a correspondente manifestação de voto à distância à Emissora, com cópia a Agente Fiduciário, preferencialmente em até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembleia. A Emissora disponibilizará modelo de documento a ser adotado para envio da manifestação de voto à distância em sua página eletrônica (<https://www.virgo.ince.com.br>) e através do seu material de apoio a ser disponibilizado aos Titulares dos CRI na página eletrônica da CVM. A manifestação de voto deverá: (i) estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular do CRI ou por seu representante legal, assinalada de forma eletrônica (com ou sem certificados digitais emitidos pela ICP-Brasil) ou não; (ii) ser enviada com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas antes da realização da Assembleia; (iii) conter o nome completo do Titular do CRI, o instrumento de Procuração e/ou Contrato/Estatuto Social que comprove a representação; e (iv) conter a Resolução CVM 60, a Emissão, disponibilizada, acessada simultaneamente a eventos documentais apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente, e a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 25 de maio de 2023.

VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**GAIA IMPACTO SECURITIZADORA S.A.**

CNPJ nº 14.876.090/0001-93

EDITAL DE SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DAS 1ª SÉRIE DA 13ª EMISSÃO DA GAIA IMPACTO SECURITIZADORA S.A.

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª Série da 13ª Emissão da Gaia Impacto Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 14.876.090/0001-93 ("Titulares dos CRA", "CRA" e "Emissora" respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio, da 1ª Série da 13ª Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Gaia Impacto Securitizadora S.A., celebrado em 22 de dezembro de 2014, sob o nº 14.876.090/0001-93, e suas alterações, para comparecerem à Assembleia Geral de Titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª Série da 13ª Emissão da Gaia Impacto Securitizadora S.A., a ser realizada no dia 14 de maio de 2018, às 14h, no endereço: Rua São João, nº 100, 1º andar, Centro, São Paulo/SP, para deliberar sobre a seguinte ordem de trabalhos:

a partir de 2014 ("Termo de Securitização"), a reuniram-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRA ("Assembleia"), em substituição àquela convocada para realizar-se no dia 06 de junho de 2023, às 10:00 horas, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma Google Meet, sendo o acesso possibilitado pela Emissora individualmente para os Titulares do CRA e pelo Administrador habilitados legalmente, nos termos da Lei de Seguros Coletivos nº 98/1977, a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários "CVM" nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM/60") e a função de administrador sobre as sessões de assembleias digitais estabelecida na Instrução Normativa da Comissão de Valores Mobiliários nº 129/2017.

O(A) Auditor Independente da Ordem do Dia: **(f)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório emitido pelo Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, apresentadas pelas Emisoras emissoras e disponibilizadas em seu website (www.grupoagila.com.br), as quais foram emitidas sem opinião modificatória;

e; **(g)** A autorização para a Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, realizarem todos atos e celebrações necessários e quaisquer documentos necessários para a implementação das deliberações da Assembleia. As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Titulares dos CRA de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que não haverá qualquer vínculo entre as decisões tomadas em uma Assembleia e aquelas tomadas em outra Assembleia ou deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. A Assembleia será realizada exclusivamente de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma Google Meet e seu conteúdo será gravado pela Emissora Individualmente para cada Titular do CRA. O acesso à plataforma será disponibilizada pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRA que enviaram seus dados pessoais para a Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para assembleia@grupoagila.com.br e f.a.assembleias@oliveiraadvogados.com.br, a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação assinados eletronicamente pelo Titular do CRA, conforme abaixo especificado:

A) Para os Titulares do CRA, considerandos:

a) documento de Representação - a) participante pessoa física: cópia digitalizada de documento de identidade do titular do Título do CRA; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração, devidamente autenticada eletronicamente pelo procurador, com poderes específicos conferidos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhando o documento de identificação do procurador; e **b) demais participantes:** cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRA (i.e. ata de eleição de diretores) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhando o documento de identidade do procurador. Os Titulares dos CRA poderão optar por enviar suas manifestações de voto por escrito, via e-mail, diretamente aos Correios Eletrônicos assembleia@grupoagila.com.br e f.a.assembleias@oliveiraadvogados.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexa à Proclamação da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.grupoagila.com.br) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRA ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Instrução de Voto serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma exclusivamente digital, observado os quórums previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto por escrito, esta poderá ser considerada válida se enviada antes da realização da Assembleia, desde que encaminhada à plataforma, o Titular dos CRA, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado não deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação.

São Paulo, 22 de maio de 2023. **GAIA IMPACTO SECURITIZADORA S.A.**
 Assinante: João Paulo dos Santos Pacífico, Cargo: Diretor de Relações com Investidores

VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

(NOVA DENOMINAÇÃO SOCIAL DA ISEC SECURITIZADORA S.A.) - CNPJ/ME Nº 08.769.451/0001-08 - NIRE 35.300.340.949

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 35ª SÉRIE DA 4ª EMISSÃO DA VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO (NOVA DENOMINAÇÃO DA ISEC SECURITIZADORA S.A.)

[illegible]

São Paulo, **25 de maio** de 2023.

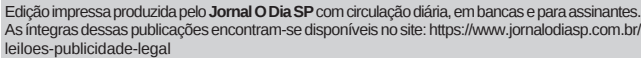
VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

(NOVA DENOMINAÇÃO SOCIAL DA ISEC SECURITIZADORA S.A.) - CNPJ/ME Nº 08.769.451/0001-08 - NIRE 35.300.340.9

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 1ª SÉRIE DA 4ª EMISSÃO DA VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO (NOVA DENOMINAÇÃO DA ISEC SECURITIZADORA S.A.)

[illegible]

São Paulo, 25 de maio de 2023.



SEXTA-FEIRA, 26 DE MAIO DE 2023
 ATAS/BALANÇOS/EDITAIS/LEILÕES

**Jornal
ODIASP**

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS: PROCESSO Nº 0198737-7/2009.8.26.010 (A/O) A/M. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, (a/c). PAULA REGINA SCHENMPF CATTANI, na forma da Lei, etc. FIZ SABER que nos autos de Cumprimento de Sentença movido por Admin Empreendimentos Ltda foi defendida a DEVEDORA PATRICIA GISELE FARIAS LUPONI (CPF: 212.558.501-70) que reside em lugar ignorado, na penhora houve sobre o apto. 131, 3ª andar-Tor do Lago-Cond. Chácara Tangará, à estrada Carlos Queiroz Teles, 404, gleba C, matrícula nº 285.621, 11ºCR/SJ. Passando a fluir dos 20 dias supra o prazo de 15 dias para impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 24 de abril de 2023. [25/26]

CNPJ 28.052.123/0001-95 - NIRE 35.3.0050526-3

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 31 de Março de 2023

Realizada na forma estatutária, conforme previsto no art. 130 seu parágrafo da Lei nº 6.474/94 Data, hora e local de realização do dia 31 de março de 2023, às 17 horas, por meio eletrônico, tendo como referência a Assembleia Geral Ordinária da Interlagio Elétrica Ltda S/A. **(Companhia)** Localizada na Avenida das Nações Unidas, s/nº 14.171, Terço Crystal, 5º andar, Condomínio Viciosa, bairro Vila Gertrudes, município de São Paulo, Estado de São Paulo. CNPJ nº 04794-0000. **Convocação e Presença:** Dispensada a publicação de edital, e, em qualquer caso instrumentado com cópia autêntica, em conformidade com o disposto no § 4º do Artigo 12 da Lei 6.474/94 "Lei das Sociedades Anônimas". A convocatória foi realizada em conformidade com as verificações pelas Atas Anteriores apostas no Livro de Presença de Acionistas. **Mesa:** Os trabalhos foram realizados sob a presidência de Sr. Fábio Antônio Fernandes, que indicou Erika Barboza Trassoso para secretária e Dr. Oreste Dias para Diretor social; **(I) Reforma de artigos do Estatuto Social da Companhia**, sua respectiva aprovação e posterior ratificação; **(II) Eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia**, para um período de 01 (um) ano; **(III) Aprovar a reforma do Estatuto Social da Companhia**, para melhor agilidade nos processos administrativos, e por unanimidade; **(IV) Aprovar a reforma do Estatuto Social da Companhia**, para melhor agilidade nos processos administrativos, e por consequente (I) alteração dos artigos 2º, 3º, 6º, 8º, 13, 14, 15, 19, 20, 22, 23, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 311, 312, 313, 314, 315, 316, 317, 318, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 336, 337, 338, 339, 340, 341, 342, 343, 344, 345, 346, 347, 348, 349, 350, 351, 352, 353, 354, 355, 356, 357, 358, 359, 360, 361, 362, 363, 364, 365, 366, 367, 368, 369, 370, 371, 372, 373, 374, 375, 376, 377, 378, 379, 380, 381, 382, 383, 384, 385, 386, 387, 388, 389, 390, 391, 392, 393, 394, 395, 396, 397, 398, 399, 400, 401, 402, 403, 404, 405, 406, 407, 408, 409, 410, 411, 412, 413, 414, 415, 416, 417, 418, 419, 420, 421, 422, 423, 424, 425, 426, 427, 428, 429, 430, 431, 432, 433, 434, 435, 436, 437, 438, 439, 440, 441, 442, 443, 444, 445, 446, 447, 448, 449, 450, 451, 452, 453, 454, 455, 456, 457, 458, 459, 460, 461, 462, 463, 464, 465, 466, 467, 468, 469, 470, 471, 472, 473, 474, 475, 476, 477, 478, 479, 480, 481, 482, 483, 484, 485, 486, 487, 488, 489, 490, 491, 492, 493, 494, 495, 496, 497, 498, 499, 500, 501, 502, 503, 504, 505, 506, 507, 508, 509, 510, 511, 512, 513, 514, 515, 516, 517, 518, 519, 520, 521, 522, 523, 524, 525, 526, 527, 528, 529, 530, 531, 532, 533, 534, 535, 536, 537, 538, 539, 540, 541, 542, 543, 544, 545, 546, 547, 548, 549, 550, 551, 552, 553, 554, 555, 556, 557, 558, 559, 560, 561, 562, 563, 564, 565, 566, 567, 568, 569, 570, 571, 572, 573, 574, 575, 576, 577, 578, 579, 580, 581, 582, 583, 584, 585, 586, 587, 588, 589, 590, 591, 592, 593, 594, 595, 596, 597, 598, 599, 600, 601, 602, 603, 604, 605, 606, 607, 608, 609, 610, 611, 612, 613, 614, 615, 616, 617, 618, 619, 620, 621, 622, 623, 624, 625, 626, 627, 628, 629, 630, 631, 632, 633, 634, 635, 636, 637, 638, 639, 640, 641, 642, 643, 644, 645, 646, 647, 648, 649, 650, 651, 652, 653, 654, 655, 656, 657, 658, 659, 660, 661, 662, 663, 664, 665, 666, 667, 668, 669, 670, 671, 672, 673, 674, 675, 676, 677, 678, 679, 680, 681, 682, 683, 684, 685, 686, 687, 688, 689, 690, 691, 692, 693, 694, 695, 696, 697, 698, 699, 700, 701, 702, 703, 704, 705, 706, 707, 708, 709, 710, 711, 712, 713, 714, 715, 716, 717, 718, 719, 720, 721, 722, 723, 724, 725, 726, 727, 728, 729, 730, 731, 732, 733, 734, 735, 736, 737, 738, 739, 740, 741, 742, 743, 744, 745, 746, 747, 748, 749, 750, 751, 752, 753, 754, 755, 756, 757, 758, 759, 760, 761, 762, 763, 764, 76

(doze) meses; c) autorização para a alienação, a promessa de alienação ou a oneração de bens do objeto não circulate da Companhia, em qualquer operação ou série de operações correlacionadas, durante qualquer exercício fiscal, em valores superiores a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), em uma única operação ou em uma série de operações com o mesmo objeto e parte, realizadas em um período de 12 (doze) meses; d) deliberação sobre a realização de investimentos ou quaisquer despesas de capital (inclusive aquisição, arrendamento, concessão de uso ou locação de bens imóveis, móveis e equipamentos do acervo operacional), em valores superiores a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais); e) aprovação de contratação de empréstimos, créditos financeiros ou outros instrumentos que gerem dívidas ou obrigações financeiras em valores superiores a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), sempre em favor da Companhia e relacionados à execução e viabilização de seus objetivos sociais; f) aprovação do valor a ser reembolsado pela Companhia aos acionistas garantidores referente à garantia de compromisso-ponte e financiamento principal; g) aprovação para a assinatura de contratos e respectivos termos aditivos de valores superiores a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), em uma única operação ou em uma série de operações com o mesmo objeto e parte, realizadas em um período de 12 (doze) meses; h) aprovar, mediante proposta da Diretoria, independentemente do valor envolvido, a celebração dos contratos e/ou acordos com qualquer acionista ou Parte Relacionada de qualquer acionista, sendo que o Conselho indicado pelo acionista em questão está impedido de votar quando a deliberação de tal contrato, por ele mesmo, estiver casado em uma das hipóteses previstas no Artigo 269 da Lei das S.A.; i) aprovação de transações imobiliárias amigáveis, visando à instituição de servidões de passagem, servidões administrativas e desapropriações, inerentes à implantação do empreendimento constante do objeto social da Companhia em valores superiores a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais); j) aprovação dos Orçamentos Anuais (conforme definido no Acordo de Acionistas) e do Plano de Negócios e Implantação do Empreendimento (conforme definido no Acordo de Acionistas), bem como de quaisquer alterações; k) aprovação de prestação de serviços de natureza consultiva, técnica, jurídica, contábil, econômica, financeira, tributária, ambiental, em reunião de Diretoria; l) abertura, transferência ou concentração de ações, lucros, agências ou escritórios de qualquer espécie, em qualquer parte do território nacional; m) a submissão à Assembleia Geral de proposta de destinação de dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucro existentes no último balanço anual ou semestral; n) às contratações referentes às pendências da fase de implantação, com fato gerador decorrente do período de construção, independentemente do valor envolvido. **Artigo 23** - As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas pelo voto afirmativo da totalidade dos membros do Conselho de Administração, sempre que cada acionista que é parte do Acordo de Acionistas detiver participação, de forma isolada, maior ou igual a 40% (quarenta por cento) do capital social da Companhia. § 1º - As deliberações do Conselho de Administração previstas nos itens (n), (o), (q) e (r) do Artigo 22 acima serão tomadas por unanimidade de votos sempre que cada acionista que é parte do Acordo de Acionistas tiver participação superior a 22% (vinte e dois por cento) do capital social da Companhia. Na hipótese de participação mencionada acima, as demais deliberações do Conselho de Administração serão tomadas por maioria simples do Conselho de Administração. § 2º - A partir do momento em que qualquer dos acionistas que é parte do Acordo de Acionistas passar a deter participação igual ou inferior a 20% (vinte por cento) do capital social da Companhia, as deliberações do Conselho de Administração serão tomadas por votação afirmativa da maioria simples dos membros do Conselho de Administração. § 3º - As deliberações constantes de atas lavradas no livro de "Atas das Reuniões do Conselho de Administração" e, levadas a registro nos termos da Lei das S.A. **Artigo 24** - Em caso de empate ou empate de qualquer votação do Conselho de Administração, a resolução será suspensa visando à solução e retomada até 2 (duas) dias úteis depois. Se ainda assim, não for possível chegar a uma decisão, a matéria será submetida à Assembleia Geral. **Artigo 25** - O Presidente, um Diretor Executivo de Operações, um Diretor Executivo de Projetos, um Diretor Executivo de Engenharia e Desenvolvimento de Negócios e um Diretor Executivo de Finanças, indicados pela maioria absoluta do CTEEP para um mandato unificado de 3 (três) anos, desde permitida a cumulação de cargos e a reeleição de seus membros, no todo ou em parte, conforme deliberação do Conselho de Administração, os quais exercerão suas funções nos termos das atribuições estabelecidas pela Lei e por este Estatuto Social. § 1º - O prazo de gestão dos Diretores da Companhia se estenderá até a investidura dos novos administradores eleitos pelo Conselho de Administração. § 2º - O valor anual global da remuneração dos Diretores será fixado pela Assembleia Geral, cabendo ao Conselho de Administração efetuar a sua individualização dentro do limite aprovado pelos acionistas. § 3º - Os Diretores serão investidos no cargo mediante assinatura do termo de posse, lavado no livro de "Atas das Reuniões da Diretoria". § 4º - Os Diretores poderão, a qualquer tempo, deixar o cargo, seja antes ou depois do término de seu mandato, sem prejuízo de serem considerados responsáveis pelas atividades desempenhadas durante o curso de tais funções. **Artigo 26** - Em caso de falta, ausência, renúncia ou impedimento definitivo de qualquer um dos Diretores, este será substituído pelo outro eleito pelo Conselho de Administração, que permanecerá no cargo pelo prazo restante do mandato do Diretor substituído. Imediatamente a partir da data da vacância e até que o Conselho de Administração deliberar sobre tal substituição, as funções do Diretor cujo cargo esteja vago serão temporariamente exercidas pelo outro Diretor. **Artigo 27** - Os Diretores reunir-se-ão sempre que necessário e deliberarão por unanimidade. Em caso de impasse, a matéria será submetida ao Conselho de Administração. **Parágrafo Único** - Das reuniões da Diretoria serão lavradas atas, cujas cópias, devidamente assinadas, ficarão disponíveis na sede da Companhia e, caso solicitadas, poderão ser encaminhadas aos acionistas em até 5 (cinco) dias a contar da data da respectiva solicitação. **Artigo 28** - Os Diretores são investidos de todos os poderes necessários para a administração da Companhia, inclusive para celebrar qualquer ato relativo à prática de todas as operações que se relacionarem com o objeto social, com as limitações estabelecidas neste Estatuto e ressalvas nas matérias de competência privativa da Assembleia Geral e aquelas atribuídas ao Conselho de Administração. **Artigo 29** - Compete à Diretoria, em reunião e por deliberação da maioria absoluta dos seus membros, a seguinte autoridade: a) autorizar operações bancárias em geral, abrir e movimentar contas bancárias, emitir e endossar cheques e autorizar transferências, débitos e pagamentos; b) sacar e endossar duplicatas; c) representar individualmente, a Companhia junto a repartições e órgãos públicos dos governos federal, estaduais e municipais, inclusive suas autarquias; d) sacar, aceitar, emitir e endossar títulos de crédito de qualquer natureza; e) aprovar a celebração de contratos de qualquer espécie quando o valor envolvido for inferior ou igual ao montante de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), em uma única operação ou em uma série de operações com o mesmo objeto e parte, realizadas em um período de 12 (doze) meses, inclusive os casos previstos no inciso II do parágrafo anterior; f) aprovar a celebração de empréstimos e financiamentos para a Companhia, inclusive a outorga de qualquer garantia (real ou fiduciária) ou outros instrumentos que gerem dívidas ou obrigações financeiras quando o valor envolvido for inferior ou igual ao montante de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais); g) aprovar a realização de investimentos ou quaisquer despesas de capital (inclusive aquisições, arrendamento, concessão de uso ou locação de bens imóveis, móveis e equipamentos do acervo operacional), em valores superiores a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais); h) aprovar a contratação de empréstimos, créditos financeiros ou outros instrumentos que gerem dívidas ou obrigações financeiras em valores superiores a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais); i) autorizar a alienação, a promessa de alienação ou a oneração de bens do ativo não circulante da Companhia, em qualquer operação ou série de operações correlacionadas, durante qualquer exercício fiscal quando o valor envolvido for inferior ou igual ao montante de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), em uma única operação ou em uma série de operações com o mesmo objeto e parte, realizadas em um período de 12 (doze) meses; j) autorizar a exoneração de terceiros do cumprimento de obrigações para com a Companhia, ou transações para prevenir ou por fim a litígios; e k) submeter ao Conselho de Administração, independentemente do valor envolvido, a aprovação de contratações referentes às pendências da fase de implantação, com fato gerador decorrente do período de construção, independentemente do valor envolvido. **Artigo 30** - Caberá aos Diretores Executivos da sociedade, individualmente, preservadas as competências legais e estatutárias, a representação da Companhia perante terceiros, podendo exercer esta função, além de quem for representado: i) pela assinatura conjunta de 1 (um) Diretor e 1 (um) procurador, devidamente constituído; ii) pela assinatura conjunta de 2 (dois) procuradores, devidamente constituídos; iii) pela assinatura isolada de 1 (um) Diretor ou 1 (um) procurador com poderes especiais, devidamente constituído; ou iv) por qualquer dos Diretores, isoladamente, para representar a Companhia em juízo, ativa ou passivamente, bem como para a prática de atos ordinários perante órgãos públicos. § 2º - Todas as procurações serão outorgadas por quaisquer 2 (dois) Diretores, mediante mandato com poderes específicos e prazo determinado, exceto nos casos de procurações "ad judicia", caso em que o mandato poderá ser por prazo indeterminado, por meio do instrumento público ou particular. No caso do item (iv) acima, a procuração deverá ser outorgada necessariamente pelo Diretor Presidente, em conjunto com outro Diretor. § 3º - A Companhia poderá ser representada ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, por procuradores "ad judicial" ou "ad negotia" devidamente constituídos. § 4º - Qualquer alteração, modificação ou revogação de qualquer procuração observada o disposto nesse Artigo 29, § 4º - A outorga de poderes pela Companhia será realizada conjuntamente pelos Diretores, por meio de instrumentos de mandato, os quais vigoram por prazo não superior a 12 (doze) meses. § 5º - A disposição atinente ao prazo constante do § 3º supra não se aplica às procurações "ad judícia" as quais poderão vigorar por tempo indeterminado também não se aplica àqueles outorgadas em razão de contrato de financiamento da Companhia, que vigorarão pelo tempo de duração do respectivo contrato. § 6º - Os poderes relacionados à prática de atos como venda, permuta, transferência ou alienação de bens imóveis da Companhia, bem como a instituição de hipoteca ou ônus de qualquer natureza sobre bens imóveis da Companhia somente serão outorgados após deliberação do Conselho de Administração, autorizando a realização destes atos. § 7º - No caso de ausência temporária de um dos Diretores, e apenas durante o período da ausência temporária, os outros Diretores poderão outorgar entre si procurações para representação da Companhia. **Artigo 31** - Os poderes referidos nos Artigos 28 e 29 acima estendem-se aos atos necessários ao funcionamento ordinário da Companhia, tais como: abrir, manter, fechar, contas bancárias e fazer aplicações financeiras; assinar contratos de câmbio; receber, emitir, endossar, visar, descontar ou avaliar cheques, letras de câmbio, faturas, duplicatas e outros títulos de créditos ou instrumentos comerciais e contratos; reclamar, receber, negociar e estabelecer a forma de pagamento de todos os débitos para com a Companhia; bem como dar e receber quitação. **Artigo 31** - A Diretoria será responsável, além das atribuições relacionadas abaixo, por aquelas estabelecidas por lei, pelo Estatuto Social e conferidas pela Assembleia Geral para a prática dos atos necessários para o funcionamento regular da Companhia: a) praticar todos os atos necessários ao funcionamento regular da Companhia; b) aprovar o regimento interno e os regulamentos da Companhia; c) propor ao Conselho de Administração as diretrizes estratégicas e operacionais da Companhia; d) apresentar propostas de aumento de recursos humanos e materiais; e) apresentar propostas de aumento de capital e reforma do Estatuto Social; e) recomendar ao Conselho de Administração quanto à aquisição, alienação ou oneração de bens móveis ou imóveis, pertencentes ao patrimônio da Companhia e captação de recursos, devendo implementar as decisões do Conselho de Administração ou da Assembleia Geral relativas às matérias supramencionadas, nos respectivos limites de delegação; f) apresentar ao Conselho de Administração as demonstrações financeiras do exercício, os planos e orçamentos anuais e plurianuais, econômico-financeiros e de execução de obras; g) apresentar trimestralmente ao Conselho de Administração relatórios de acompanhamento; e h) reportar mensalmente ao Conselho de Administração, à título informativo, as operações realizadas que envolvam valores iguais ou superiores entre 1% (um por cento) da Receita Anual Permitida (RAP) até o valor da alíquota correspondente à R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais). **Artigo 32** - Vedado aos Diretores e aos mandatários prestatários de serviços profissionais, sob pena de responsabilidade civil e criminal, a perspectiva de atuação profissional, direta ou indireta, em nome da Companhia, em qualquer atividade relacionada à administração da mesma. § 1º - É vedado aos funcionários da Companhia, bem como praticar atos de liberdade em nome da Companhia. **Artigo 33** - A Companhia terá um Conselho Fiscal de funcionamento não permanente, com as funções definidas em lei, composto de 4 (quatro) membros e igual número de suplentes, todos eleitos em Assembleia Geral para um mandato de 1 (um) ano, desde permitida a reeleição. **Artigo 34** - O pedido de funcionamento do Conselho Fiscal, observado o disposto em lei, poderá ser formulado em qualquer Assembleia Geral. **Parágrafo Único** - A remuneração dos membros do Conselho Fiscal, quando em funcionamento, será fixada pela Assembleia Geral, respeitado o mínimo legal. **Artigo 35** - O Conselho Fiscal poderá reunir-se sempre que necessário mediante convocação de qualquer de seus membros, lavrando-se em ata suas deliberações. **Parágrafo Único** - O Conselho Fiscal deverá ser convocado com, no máximo, 10 (dez) dias úteis de antecedência da data da reunião, devendo ser encaminhado aos Conselho, juntamente com o relatório, todo material pertinente em relação à convocatória. **Artigo 36** - Quando houver alguma irregularidade constatada durante a reunião do Conselho Fiscal, o Conselho Fiscal tem o dever de comunicar imediatamente ao Conselho de Administração, informando a existência de controvérsia ou disputa, a qual deve ser resolvida no prazo de trinta dias, contado a partir da data da comunicação. A reunião do Conselho Fiscal termina em 31 de dezembro de cada ano, quando serão levantados pelo Diretor e o balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras previstas em lei e de acordo com os princípios da contabilidade geralmente aceitos. **Artigo 37** - O Conselho de Administração submeterá o balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras, acompanhados do respectivo parecer dos auditores independentes, e a proposta de destinação do lucro líquido do exercício e de distribuição de dividendos à Assembleia Geral para deliberação. **Artigo 38** - Os dividendos atribuídos aos acionistas serão pagos nos prazos fixados pela Assembleia ou previstos em lei, e se não reclamados dentro de 3 (três) anos contados da publicação do ato que autorizou sua distribuição, revertirão em favor da Companhia, sendo convertidos em reserva de capitais. **Artigo 39** - A Companhia dissolver-se-á nos casos previstos em lei ou em virtude de deliberação da Assembleia Geral. **Artigo 40** - Quando a Assembleia Geral decidir sobre a liquidação, elegerá liquidadores para assumir o papel de representantes da massa falida, cuja tarefa consistirá em apurar o passivo e inventariar o ativo, escolhendo, seus membros e fixando-lhes as respectivas atribuições. **Artigo 41** - Qualquer matéria não regulada pelo presente Estatuto será decidida de acordo com as disposições da Lei das S.A. **Artigo 42** - A Companhia observará e cumprirá, integralmente, todos os termos do Acordo de Acionistas, bem como todos os acordos de acionistas que vierem a ser arquivados em sua sede social, nos termos da lei, sendo ineficazes em relação à Companhia quaisquer

CNPJ nº 32.318.903/0001-01 - NIRE 35.3.0052989-8

Extrato da Ata da Reunião de Diretoria nº 01/2022

Data, Hora e Local: reunião no dia 19 de outubro de 2022, às 16 horas e 10 minutos, na sede social da JUCESP - Rua Cristóvão Colombo, nº 80, bairro Vila Guará, São Paulo/SP, CEP 0794-000. **Convocação:** realizada pelo Diretor Presidente da Companhia. **Presenças:** Raul Chamma - Diretor Presidente; Carlos Vicente - Diretor Presidente; Gabriela Desiré Olímpia Pereira - Diretora Executiva de Operações; Sílvia Diniz Wada - Diretora Executiva de Estratégia e Desenvolvimento de Negócios; e Dayron Esteban Urrego Moreno - Diretor Executivo de Projetos. **Mesa:** Raul Chamma - Presidente; e Andrea Ruiz Mazzaro Carlos de Vincenti - Secretária. **Ordem do Dia e Deliberação:** Abertura da reunião no fl.º 3º da Ata. Após análise, nos termos do Artigo 2º do Estatuto Social da Companhia, decidiu a Diretoria, sem ressalvas nem por unanimidade, aprovar a abertura da filial nº 3, localizada na Rodovia José de Souza, s/nº, Km 4.500, município de Itapetininga, SP, inscrita no CNPJ nº 30.906.665-736-9 em 15/05/2023. Maria Cristina Frei - Secretária Geral. **Carlos de Vincenti** - Secretária. **JUCESP** nº 19.203/23-4 em 15/05/2023. Maria Cristina Frei - Secretária Geral. **JUCESP/NIRE Filial** nº 30.906.665-736-9 em 15/05/2023. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

EDITAL DE SEGUNDO E ÚLTIMO PÚBLICO LEILÃO E INTIMAÇÃO

ADRIANO - SP

Data do leilão: 12/06/2023 as: 11:00
Local: AGENCIA DA CAIXA - RUA CORIOLANO, 833, VILA ROMANA, SAO PAULO, SP

ARY ANDRE NETO, Eiloeiro Oficial matricula JUCESP 428 estabelecido a RUA ARACI nº 162, COLINAS DE INHAMDJARA, ITUPEVA - SP CEP: 13299-212, telefone (11) 93285-4559, faz saber que devidamente autorizado pelo Agente Fiduciário do EX_BNH, venderá na forma da Lei nº 8004, de 14/03/1990 e Decreto Lei nº 70 de 21/11/66 e regulamentação complementar RC 58/67, RD 08/70 e CFG 10/77, no dia e local acima referidos, os imóveis adiante descritos para pagamento de dívidas hipotecárias em favor de EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA.

A venda à vista, será feita mediante pagamento à vista, podendo o arrematante pagar, no ato, como sinal 20% (vinte por cento) do preço de arrematação e o saldo devidamente corrigido no prazo impreterível de 08(oito) dias, sob pena de perda do sinal dado.

É vedada a participação de empregados e dirigentes da EMGEA, seus companheiros ou cônjuges, casados sob o regime de comunhão universal ou comunhão parcial de bens, ofertando lances no 1º e 2º leilões das execuções extrajudiciais.

As despesas relativas a comissão de leiloeiro, registro, imposto e taxas, inclusive condomínio, correrão por conta do arrematante. Caso o imóvel esteja ocupado, o arrematante fica ciente que será o responsável pelas providências de desocupação do mesmo.

O leiloeiro acha-se habilitado a fornecer aos interessados, informações pormenorizadas sobre os imóveis.

Ficam desde já intimados do presente leilão, os mutuários, caso não sejam localizados.

SED B52425 - CONTRATO 102354128649 - EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA
FRANCIELIA GOMES DA SILVA OCON, BRASILEIRO(A), COMERCIARIO(A), CPF:
011.486.328-83. Cl:

13952465 SP CASADO(A) COM **ZEFERINO OCON** , BRASILEIRO(A),
COMERCIARIO(A), CPF 012.800.878- 46
CI: 12937426 SSP/SP

DESCRIÇÃO DO IMÓVEL: APARTAMENTO Nº21, A RUA GENEVE, NºS 122, 144 E 180, RESIDENCIAL SAO JUDAS III, EDIFICIO PARIS, LAUZANNE PAULISTA, EM SAO PAULO, SP, CONTENDO A AREA UTIL DE

42,74M2, AREA COMUM DE 43,516M2, AREA TOTAL DE 86,256M2 E FRAÇÃO IDEAL DE 0,9259%, CABE O DIREITO A UMA VAGA PARA AUTOMÓVEL DE PASSEIO, EM LUGAR INDETERMINADO E DESCOBERTO, NO ESTACIONAMENTO COLETIVO, COM TODAS AS SUAS INSTALAÇÕES, BENFEITORIAS, PERTENCES E ACESSÓRIOS.

SAO PAULO, 23/05/2023
ARY ANDRE NETO

23 - 26/05 -12/06/2023

PJ 28.052.123/0001-95 - NIRE 35.3.00505

Data, Hora e Local: Realizada no dia 28 de abril de 2023, às 9 horas, por meio eletrônico, tendo como referência a sede da Interligação Elétrica Ivaí S.A. ("Companhia") localizada na Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre C - Crystal, 5º andar, conjunto 503, bairro Vila Gertrudes, município de São Paulo.

de São Paulo, CEP 04794-000. **Convocação:** Dispensada a convocação em virtude da presença da totalidade dos acionistas da Companhia, na forma do §4º do art. 124 e realização §4º do Art. 133, ambos do artigo III de 6.404 de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A.s"). **Publicações:** Publicado relatório da Diretoria da Companhia, em 15 de dezembro de 2022, no site <https://www.fabiofnt.com.br/relatorio-anual-2022>, e no Diário Oficial da União, em 15 de dezembro de 2022, no Diário da SP na edição do dia 09 de abril de 2023, com divulgação simultânea na página do mesmo no internet, certificados digitalmente por autoridade certificadora credenciada no âmbito de infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP-Brasil), cuja autenticidade pode ser conferida pelo link <https://www.jornaldosibis.com.br/ileis-publicidade-legal>. **Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Fábio Antônio Fernandes, que indicou Erika Barbeiro Travassos para secretária-**lo**. **Presenças:** Acionistas: representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme se constata através do Livro de Registro de Acionistas, presentes também a todos os membros das Comissões de Administração e de Auditoria, a Sra. Crista, para prestar esclarecimentos, na forma do §4º do Art. 134 da Lei das S.A.s. **Ordem do Dia:** (I) Exame e Deliberação sobre as contas dos administradores, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhados do Parecer dos Auditores Independentes, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022; (II) Deliberação sobre a destinação do lucro líquido do exercício social de 2022; (III) Fixar o montante global da remuneração dos administradores da Companhia. **Deliberações:** Após a discussão das matérias, as acionistas decidiram, sem ressalvas e por unanimidade: (I) Aprovar as contas dos administradores, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhados do Parecer dos Auditores Independentes, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, que aponta o Lucro Líquido no valor de R\$ 40.323.593,64 (quarenta milhões, trezentos e vinte e três mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais e sessenta e quatro centavos); (a) destinar a importância de R\$ 20.176.179,68 (dois milhões, dezesseis mil, cento e setenta e nove reais e sessenta e oito centavos) à constituição de reserva legal; (b) não distribuir dividendos mínimos obrigatórios, nos termos do §4º do artigo 133 da Lei das S.A.s; e (c) destinar o montante de R\$ 20.176.179,68 (dois milhões, dezesseis mil, cento e setenta e nove reais e sessenta e oito centavos) à constituição de reserva legal; e (d) não distribuir dividendos mínimos obrigatórios, nos termos do §4º do artigo 133 da Lei das S.A.s. **II) Deliberação sobre a destinação do lucro líquido do exercício social de 2022:** (a) destinar a importância de R\$ 20.176.179,68 (dois milhões, dezesseis mil, cento e setenta e nove reais e sessenta e oito centavos) à constituição de reserva legal; (b) não distribuir dividendos mínimos obrigatórios, nos termos do §4º do artigo 133 da Lei das S.A.s; e (c) destinar o montante de R\$ 20.176.179,68 (dois milhões, dezesseis mil, cento e setenta e nove reais e sessenta e oito centavos) à constituição de reserva legal; e (d) não distribuir dividendos mínimos obrigatórios, nos termos do §4º do artigo 133 da Lei das S.A.s. **III) Fixar o montante anual global da remuneração dos administradores da Companhia para o ano de 2023:** Fixar o montante anual global da remuneração dos administradores da Companhia para o ano de 2023 no valor de até R\$ 498.474,16 (quatrocentos e noventa e oito mil, quatrocentos e setenta e quatro reais e dezesseis centavos), relativos a 40% (quarenta por cento) da parte dos custos da estrutura de administração compartilhada entre os empreendimentos Interligação Elétrica Amores S.A., Interligação Elétrica Paraguaguá S.A. e Interligação Elétrica Ivaí S.A., conforme critério de rateio aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), sobre o que estes recursos deverão ser destinados à remuneração da Diretoria da Companhia, com cada um dos membros da mesa de 2023 recebendo o montante de R\$ 124.618,54 (cento e vinte e quatro mil, seiscentos e dezoito centavos). **Encerramento:** Nada mais havendo a ser deliberado, a reunião foi encerrada, ficando a responsabilidade da presente ata na forma de sumário que, após lida e achada conforme foi assinada por todos. Mesa: Fábio Antônio Fernandes - Presidente; Erika Barbeiro Travassos - Secretária. **Assinaturas:** Presentes: TAE5A - Transmissora Aiana de Energia Elétrica S.A. (p. Valéria Aparecida da Silva - Presidente); TAE5B - Transmissora Aiana de Energia Elétrica S.A. (p. Rosângela Maria de Fátima - Presidente); TAE5C - Transmissora Aiana de Energia Elétrica S.A. (p. Carlos Santos - Presidente). Local: São Paulo, 28 de abril de 2023. Assento que a deliberação acima é ípia e fiel e que a ata lavrada no Livro nº 01/Atas de Assembleias Gerais da Companhia. **Erika Barbeiro Travassos** - Secretária. **JUCESP nº 202.310/23-1 em 22/05/2023.** Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

EDITAL DE SEGUNDO E ÚLTIMO PÚBICO LEILÃO E INTIMAÇÃO

ADRIANO - SP

Data do leilão: 12/06/2023 às 11:00

Local: **AGENCIA DA CAIXA - RUA CORIOLANO, 833, VILA ROMANA, SAO PAULO, SP**

ARY ANDRE NETO, Leiloeiro Oficial matrícula JUCESP 428 estabelecido a RUA ARACI nº 162, COLINAS DE INHANDJARA, ITUPEVA - SP CEP: 13299-212, telefone (11) 93295-4559, faz saber que devidamente autorizado pelo Agente Fiduciário do FUNDIUS - FUNDIUS S.A. em virtude da venda de 14/03/2023 e do Decreto de 21/11/66 - regulamentar complementar RG 59/67, RD 08/70 e CFG 10/77, no dia e local acima referidos, os imóveis adiante descritos para pagamento de dividas hipotecárias em favor de EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EGMGA.

A venda à vista, será feita mediante pagamento à vista, podendo o arrematante pagar, no ato, como sinal 20% (vinte por cento) do preço de arrematação e o saldo devidamente corrigido no prazo impreritável de 08(oito) dias, sob pena de perda do sinal dado.

É vedada a participação de empregados e dirigentes da EMGEA, seus companheiros ou cônjuges, casados sob o regime de comunhão universal ou comunhão parcial de bens, ofertando lances no 1º e 2º leilões das execuções extrajudiciais.

As despesas relativas a comissão de leiloeiro, registro, imposto e taxas, inclusive condomínio, correrão por conta do arrematante. Caso o imóvel esteja ocupado, o arrematante fica ciente que será o responsável pelas providências de desocupação do mesmo.

O leiloeiro acha-se habilitado a fornecer aos interessados, informações pormenorizadas sobre os imóveis.

Ficam desde já intimados do presente leilão, os mutuários, caso não sejam localizados.

SED **B50889** - CONTRATO **318164053319** - EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA

JAIME ANTONIO DA SILVA JUNIOR, BRASILEIRO(A), INDUSTRIÁRIO(A), CPF: 066.198.958-59, CI: 17907465 SSP/SP SEPARADO(A) JUDICIALMENTE E CONJUGE, SE CASADO(A) ESTIVER. REGINALDO ALBUQUERQUE COELHO, BRASILEIRO(A), INDUSTRIÁRIO(A), CPF 089.829.148-89 CI: 18702150 SSP/SP SOLTEIRO(A) E

CONJUGE SE CASADO(A) ESTIVER.
DESCRIÇÃO DO IMÓVEL: APARTAMENTO Nº54, A AVENIDA SENADOR TEOTONIO
VILELA, Nº 4.287 (Nº4029

NÃO OFICIAL), PREDIO 14-A DO TIPO A, BL 14, EDIFICIO FILIPINAS.
CONDOMINIO RESIDENCIAL
NAÇÕES UNIDAS, RIO BONITO (VILA SAO JOSE (CIDADE DUTRA)), EM SAO
PAULO, SP, COM A AREA UTIL

DE 56,30M2, AREA COMUM DE 6,68M2, TOTALIZANDO A AREA DE 62,98M2, CORRESPONDENDO-LHE A FRAÇÃO IDEAL DE 0,063177% NO TERRENO CONDOMINIAL, COM TODAS AS SUAS INSTALAÇÕES, BENFEITORIAS, PERTENCES, ACESSORIOS E GARAGEM SE

HOUVER.
SAO PAULO, 23/05/2023

ARY ANDRE NETO

23 - 26/05 -12/06/2023



INSKY S.A.
Alteração do Contrato Social da Sociedade Empresária Limitada
INSKY ADMINISTRAÇÃO DE BENS LTDA.
CNPJ/MF nº. 18.514.793/0001-22 | NIRE nº. 35.227.700.308

Pelo presente instrumento particular de alteração contratual da sociedade empresária limitada, os abaixo assinados: **Kauê Krochinsky**, portador do RG nº. 50.432.333-7 SSP/SP, CPF/MF sob nº. 388.399.818-45, residente e domiciliado na cidade de São Paulo/SP, e **Eduarda Krochinsky**, portadora do RG nº. 50.432.332-5 SSP/SP, e CPF/MF sob nº. 388.399.828-17, residente na cidade de São Paulo/SP, União Sócios da sociedade empresária limitada que gira sob denominação social de **INSKY ADMINISTRAÇÃO DE BENS LTDA.**, com sua sede social nesta Capital, no Estado de São Paulo, na Rua Antonio de Lucena, nº. 22, Apto. 272, Bloco C1, Chácara California, CEP 03407-050, devidamente registrada nesta Junta Comercial do Estado de São Paulo, sob NIRE nº. 35.227.700.308 em sessão de 19/07/2013, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 18.514.793/0001-22, decide alterar o contrato social conforme as seguintes condições: **Da Alteração do Objeto Social:** Os sócios resolvem neste ato, alterar o objeto social da empresa, passando a ter a seguinte redação: I – Representação Comercial; II – Administração de bens móveis e imóveis próprios e de terceiros; e III – Participação no quadro societário como quotista ou acionista de outras pessoas jurídicas. **Da Transformação de Tipo Jurídico:** Os sócios decidem, de comum acordo: I – Transformar o tipo jurídico da sociedade de “Sociedade Empresária Limitada” para “Sociedade Anônima de capital fechado”, segundo o disposto nos artigos 220 a 222 da Lei 6.404/76 (Lei das S/A); II – Converter as quotas representativas do capital social da sociedade em ações; III – Alterar a denominação social da sociedade; IV – Eleição dos Administradores/Diretores; V – Instalação do Conselho Fiscal; e VI – Arquivar o Estatuto Social que regerá a Companhia, conforme abaixo: Item “T”: foi aprovada a transformação do tipo societário da **INSKY ADMINISTRAÇÃO DE BENS LTDA.**, de Sociedade Empresária Limitada, para Sociedade Anônima de capital fechado, por se ajustar melhor aos negócios sociais, sem que essa transformação implique interrupção na existência da sociedade e nos negócios ora em curso, ou qualquer mudança quanto aos ativos e obrigações existentes que compõe o seu patrimônio, de acordo com o disposto no artigo 1.113 do Código Civil Brasileiro e no artigo 220 da Lei 6.404/76 (Lei das S/A). Item “II”: em virtude da transformação aprovada, o capital social atual de R\$ 1.000,00 (um mil reais), dividido em 1.000 (um mil) quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, passa a ser dividido em 1.000 (um mil) ações ordinárias nominativas, e cada uma com o valor nominal de R\$ 1,00 (um real) a serem emitidas em idêntica quantidade das quotas nesse momento. Item “III”: em virtude da transformação havida, a denominação social da sociedade passa a ser **INSKY ADMINISTRAÇÃO DE BENS S.A.**, uma sociedade anônima de capital fechado. Item “VI”: foi também aprovada de comum acordo e sem quaisquer ressalvas, a nomeação dos membros da Diretoria da Companhia, tendo sido eleitos: **Kauê Krochinsky**, RG nº. 50.432.333-7 SSP/SP, CPF/MF sob nº. 388.399.818-45, residente e domiciliado na cidade de São Paulo/SP, para o cargo de Diretor Presidente; e **Eduarda Krochinsky**, RG nº. 50.432.332-5 SSP/SP, CPF/MF sob nº. 388.399.828-17, residente na cidade de São Paulo/SP, para o cargo de Diretora Vice-Presidente. Os diretores foram eleitos para um mandato de 2 (dois) anos, contados a partir da presente data, permitida a reeleição. Item “V”: tendo em vista a facultatividade do funcionamento do Conselho Fiscal, a Assembleia decidiu pela sua não instalação. Item “VI”: por fim, os acionistas aprovam, por unanimidade, a redação do Estatuto Social que regerá a sociedade, o qual é transcrito como **ANEXO I** da presente ata. E por estarem assim justos e contratados, os sócios assinam o presente em 03 (três) vias, de igual teor e forma. São Paulo, 04/05/2023. **Kauê Krochinsky** - CPF/MF 388.399.818-45, Diretor Presidente. **Eduarda Krochinsky** - CPF/MF 388.399.828-17, Diretora Vice-Presidente. **Fábio Roschi Junior** - OAB/SP 245.767, Advogado JUCESP nº. 202.211/22-0. JUCESP/NIRE nº. 3530061645-6 em 19/05/2023. **Marina Cristina Frei** - Secretária Geral.

EDITAL DE SEGUNDO E ÚLTIMO PÚBLICO LEILÃO E INTIMAÇÃO
SAO PAULO- SP

Data do leilão: 12/06/2023 às: 11:00
Local: AGÊNCIA DA CAIXA - RUA CORIOLANO, 833, VILA ROMANA, SÃO PAULO, SP

ARY ANDRE NETO, Leiloeiro Oficial matrícula JUCESP 428 estabelecido a RUA ARACI nº 162, COLINAS DE INHANDJARA, ITUPEVA - SP CEP: 13299-212, telefone (11) 93285-4559, faz saber que devidamente autorizado pelo Agente Fiduciário do EX. BNH, venderá na forma da lei Nº 8004, de 14/03/1990 e Decreto Lei Nº 70 de 21/11/66 e regulamentação complementar RC 58/67, RD 08/70 e CFG 10/77, no dia e local acima referidos, os imóveis adiante descritos para pagamento de dívidas hipotecárias em favor de EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA.

A venda à vista, será feita mediante pagamento à vista, podendo o arrematante pagar, no ato, como sinal 20% (vinte por cento) do preço de arrematação e o saldo devidamente corrigido no prazo impreritível de 08(oito) dias, sob pena de perda do sinal dado.

As vendas serão realizadas pelo maior lance.

É vedada a participação de empregados e dirigentes da EMGEA, seus companheiros ou cônjuges, casados sob o regime de comunhão universal ou comunhão parcial de bens, ofertando lances no 1º e 2º leilões das execuções extrajudiciais.

As despesas relativas a comissão de leiloeiro, registro, imposto e taxas, inclusive condomínio, correrão por conta do arrematante. Caso o imóvel esteja ocupado, o arrematante fica ciente que será o responsável pelas providências de desocupação do mesmo.

O leiloeiro acha-se habilitado a fornecer aos interessados, informações pormenorizadas sobre os imóveis.

Ficam desde já intimados do presente leilão, os mutuários, caso não sejam localizados.

SE 653138 - CONTRATO 102634021013 - EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA

WALDEMIR DE SOUZA SILVA, BRASILEIRO(A), CONTADOR(A), CPF: 470.477.208-04, CI: 5293890 SSP/SP CASADO(A) COM **ELIANA SIGNANI SILVA**, BRASILEIRO(A), PEDAGOGO(A), CPF 014.165.74808 CI: 7154255 SSP/SP.

DESCRIÇÃO DO IMÓVEL: CASA, A AVENIDA ENGENHEIRO QUEIROZ TELLES, Nº399, JARDIM D'ABRIL, EM SÃO PAULO, SP, MEDINDO EM CURVA NA CONFLUENCIA DA CITADA AVENIDA COM A RUA AFFONSO RAIOLA, 9,28M POR 13,99M DE FRENTE PARA RUA AFFONSO RAIOLA, REPRESENTADO POR DUAS LINHAS DE 12,09M E 1,90M, SENDO UM RETA E OUTRA CURVA, POR 20,00M DE FRENTE AOS FUNDOS DO LADO DIREITO, DE QUEM DA AVENIDA OLHA PARA O IMÓVEL, ONDE CONFRONTO COM CASA 405, TENDO NOS FUNDOS A LARGURA DE 5,90M, ONDE CONFRONTA COM A CASA 48 DA RUA AFFONSO RAIOLA, ENCERRANDO A AREA DE 103,50M2, COM TODAS SUAS INSTALAÇÕES, BENFEITORIAS, PERTENCES, ACESSORIOS E GARAGEM SE HOUVER. SÃO PAULO, 23/05/2023

ARY ANDRE NETO

23 - 26/05 -12/06/2023

RACIONAL PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ 13.637.599/0001-10

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas. o Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2022 e as respectivas Demonstrações Contábeis, elaboradas nas formas da legislação vigente, bem como o Relatório dos Auditores Independentes. Colocamo-nos à disposição de V. Sas. para prestar-lhes os esclarecimentos eventualmente necessários.

Balanços patrimoniais individuais e consolidados em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)					
ATIVO	Controladora		Consolidado		
	2022	2021	2022	2021	
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	64	110	77.274	52.125	
Aplicações financeiras	-	-	5.074	37.038	
Contas a receber de clientes	-	-	23.468	15.400	
Adiantamentos a fornecedores	-	-	990	2.238	
Ativo fiscal corrente	79	76	4.068	3.486	
Outros créditos	-	-	1.318	2.234	
Total do ativo circulante	143	186	112.182	112.521	
Ativo não circulante					
Contas a receber de clientes	-	-	1.403	1.380	
Adiantamentos a fornecedores	-	-	48	382	
Depósitos judiciais	-	-	584	2.761	
Ativo fiscal diferido	-	-	15.708	16.414	
Outros créditos	-	-	369	471	
	-	-	18.112	21.408	
Investimentos	127.501	119.365	85	85	
Ativos de direito de uso	-	-	5.530	35.970	
Imobilizado	-	-	8.889	7.144	
Intangível	-	-	7.163	7.580	
Propriedades para investimentos	-	-	51.801	56.905	
	127.501	119.365	73.268	107.684	
	127.501	119.365	91.380	129.092	
Total do ativo não circulante					

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
PASSIVO	Controladora		Consolidado		
	2022	2021	2022	2021	
Passivo circulante					
Empréstimos e financiamentos	-	-	616	1.814	
Fornecedores	-	-	29.439	9.440	
Obrigações trabalhistas e sociais	-	-	8.139	12.311	
Passivo fiscal corrente	-	-	3.696	2.684	
Imposto de renda e contribuição social a recolher	-	-	111	1.249	
Adiantamentos de clientes	-	-	5.966	30.231	
Conta a pagar de partes relacionadas	-	-	78	70	
Provisões para garantia de obras	-	-	2.472	3.563	
Passivos de arrendamento	-	-	992	8.934	
Dividendos a pagar	588	426	588	426	
Outras contas a pagar	-	-	14	3.451	
	588	440	55.548	73.215	
Total do passivo circulante					
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	614	
Fornecedores	-	-	5.461	5.298	
Provisões para garantia de obras	-	-	4.301	2.753	
Provisões para contingências	-	-	5.729	4.557	
Benefícios a empregados	-	-	468	118	
Passivos de arrendamento	-	-	4.538	35.486	
Outras contas a pagar	-	-	461	461	
	-	-	20.958	49.287	
	588	440	76.506	122.502	
Total do passivo não circulante					
Patrimônio líquido					
Capital social	55.910	55.910	55.910	55.910	
Reserva de lucros	68.934	60.857	68.935	60.857	
Ajuste de avaliação patrimonial	2.212	2.344	2.211	2.344	
	127.056	119.111	127.056	119.111	
Total do patrimônio líquido	127.644	119.551	203.562	241.613	
Total do passivo e patrimônio líquido					

Demonstrações de resultados individuais e consolidados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)					
	Controladora		Consolidado		
	2022	2021	2022	2021	
Receita operacional líquida	-	-	1.004.483	1.024.752	
Gastos dos serviços prestados	-	-	(980.233)	(955.583)	
Lucro bruto			44.250	69.169	
Despesas administrativas e comerciais	(38)	(49)	(51.533)	(39.336)	
Resultado de equivalência patrimonial	8.567	22.436	-	-	
Outras receitas	-	-	8.728	3.943	
Resultado antes das receitas financeiras líquidas e impostos	8.529	22.387	1.445	33.576	
Receitas financeiras	10	5	9.438	3.217	
Lucro (prejuízo) do exercício	8.538	22.392	8.538	22.392	

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)					
	Capital social		Reserva de lucros		Total patri- mônio líquido
	2022	2021	2022	2021	
Saldos em 01 de janeiro de 2021	55.360	-	1.143	38.861	97.313
Distribuição de dividendos cfe assembleia dos acionistas	-	-	-	(1.112)	-
Aporte de capital por adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	550	-	550
Aumento de capital por aporte em 17 de dezembro de 2021	-	-	-	-	-
Resultado abrangente (ignho sobre obrigações atuariais - reflexo em controlada Racional Engenharia)	-	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social sobre os ganhos atuariais	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	22.392
Destinação do resultado do exercício:					
Distribuição de dividendos obrigatórios conforme estatuto na forma da lei das S/A	-	-	-	-	(426)
Aboração do lucro pela reserva legal conforme estatuto forma da lei das S/A	-	-	1.120	-	(1.120)
Aboração do lucro do exercício	-	-	-	-	(20.846)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	55.910	-	2.263	58.595	116.768
Distribuição de dividendos cfe assembleia dos acionistas	-	-	-	-	-
Resultado abrangente (ignho sobre obrigações atuariais - reflexo em controlada Racional Engenharia)	-	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social sobre os ganhos atuariais	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	8.538
Destinação do resultado do exercício:					
Distribuição de dividendos obrigatórios conforme estatuto na forma da lei das S/A	-	-	-	-	(162)
Aboração do lucro pela reserva legal conforme estatuto forma da lei das S/A	-	-	427	-	(427)
Aboração do lucro do exercício	-	-	-	-	(7.949)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	55.910	-	2.690	66.245	124.845

Extrato das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021			
1. Aviso: As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da Companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.			
2. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos: a) https://www.jornalodiasp.com.br .			

Extrato do Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras			
As demonstrações contábeis individuais e consolidadas completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas completas estão disponíveis eletronicamente no seguinte endereço: https://www.jornalodiasp.com.br . O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações contábeis completas foi emitido em 19 de maio de 2023.			
Grant Thornton Auditores Independentes CRC 2SP-025.583/O-1			
Maria Aparecida Regina Cozaro Abdo CT CRC 1SP-223.177/O-1			

Marina Silva aposta em diálogo para reverter perdas do meio ambiente

A ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, disse, na quinta-feira (25), em Brasília, que o governo federal vai continuar a dialogar para impedir a retirada de atribuições da pasta, votadas no Congresso Nacional na quarta-feira (24).

“No caso do marco temporal (das terras indígenas) e das mudanças que o relator está propondo na matéria, ainda não foi feita a votação final no plenário da Casa. Então, vamos continuar dialogando até o momento da decisão final que é do plenário. Ainda temos até terça-feira (30) para dar continuidade aos diálogos e, obviamente, que o diálogo interno do governo está acontecendo”, explicou.

Na noite de quarta-feira (24), o relator da medida provisória (MP) que definia a estrutura do novo governo do presidente

Lula retirou do ministério a responsabilidade pela gestão do Cadastro Ambiental Rural (CAR), que é um cadastro eletrônico obrigatório a todas as propriedades e posses rurais. Na mudança, o CAR passou a ser atribuição do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos.

A ministra classificou o momento como difícil para o governo. “Uma parte do Congresso, que é a maioria, quer impor ao governo eleito do presidente Lula o modelo de gestão do governo Bolsonaro”, acentuou.

Marina Silva disse respeitar a autonomia dos poderes da República, mas que a medida provisória enviada no início do ano é de direito do atual governo federal.

“O Congresso é soberano. Nós respeitamos a autonomia dos poderes, mas o governo fe-

deral tem o direito legal e constitucional de se organizar dentro da forma que o Executivo entende que é a melhor forma de fazer a sua gestão”, acentuou.

Ela lamentou as alterações no texto original. “Há um conjunto de ações sendo subtraído da forma original, como o presidente Lula fez a medida provisória, recuperando as competências perdidas e preservando as competências dos ministérios recentemente criados, como é o caso do Ministério dos Povos Indígenas”, observou.

O relatório votado na noite de quarta-feira (24) retirou do Ministério dos Povos Indígenas (MPI) sua principal atribuição, a de demarcar terras de povos originários, devolvendo-o à pasta da Justiça e Segurança Pública.

Em nota nesta quinta-feira, o MPI afirmou que os povos indi-

genas e todos que zelam pela proteção ambiental do Brasil “sofreram mais um duro golpe” com o “desmonte” de atribuições do Ministério dos Povos Indígenas e do Ministério do Meio Ambiente a partir da aprovação da medida provisória. O ministério liderado por Sonia Guajajara considera o 24 de maio de 2023 o dia da institucionalização do “genocídio indígena e do ecocídio brasileiro”: “este será o caminho da política indígena e ambiental do país após a aprovação do relatório da MP 1154/23 que reestruturou os ministérios, do requerimento de urgência do PL 490/07 que libera a exploração de territórios indígenas e da MP 1150/2022 que permite a aumento a devastação da Mata Atlântica”.

As declarações da Marina Silva foram dadas durante a pos-

se do presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Mauro Pires, servidor de carreira do órgão, nesta quinta-feira.

Pires foi escolhido por meio de um comitê de busca, recriado em fevereiro pelo atual governo federal e composto por cinco especialistas em conservação ambiental para escolha de um nome técnico para liderar o órgão. A ministra escolheu o nome de Mauro Pires em uma lista triplíce.

O novo presidente do instituto, Mauro Pires, afirmou que os órgãos do Sistema Nacional do Meio Ambiente vão continuar os trabalhos de maneira mais forte. “Não é uma dificuldade como essa que vai nos impedir de trabalhar para consolidar as áreas protegidas. As unidades de conservação são patrimônio do povo brasileiro. Então, temos

que trabalhar para que a conservação da biodiversidade continue com o mesmo empenho”, especificou.

No discurso de posse no ICMBio, Mauro Pires destacou que a presença de Marina Silva à frente do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima mudou a governança ambiental e climática do Brasil e que o tempo do negacionismo da ciência acabou.

A posse ocorreu na unidade de conservação do Parque Nacional de Brasília. Presenciaram a solenidade a presidente da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), Joenia Wapichana, e representantes da delegação adjunta da Comissão Europeia, França, Alemanha, Noruega, Itália e representantes da sociedade civil e acadêmicos. (Agência Brasil)

Governo recorre de decisão que anulou posse de Jorge Viana na Apex

O governo protocolou na noite de quarta-feira(24) recurso contra decisão da Justiça Federal de Brasília que, na última segunda-feira (22), anulou a posse de Jorge Viana como presidente da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex).

Pela decisão da juíza Diana Vanderlei, da 5ª Vara Federal de Brasília, fica suspensa também a modificação feita em norma interna da Apex, pela qual foi retirada, em 22 de março, a exigência de fluência em inglês como “requisito mínimo” para presidir o órgão, que é responsável pela promoção de produtos brasileiros fora do país.

A magistrada atendeu pedido do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), que alegou que Viana não possui a fluência em inglês, conforme era exigido pelo estatuto social da Apex no momento em que ele foi nomeado. A falta de proficiência em inglês foi revelada pelo jornal Estado

de S. Paulo e nunca negada por Viana.

O senador alegou que a modificação no estatuto da Apex teve “desvio de finalidade”, violando a moralidade na administração pública. Ainda na decisão, a juíza deu 45 dias para que Viana comprovasse a fluência em inglês, seja por certificado de proficiência, seja por outro meio, como até mesmo um vídeo em que ele apareça utilizando a língua estrangeira, em reunião ou palestra.

No recurso apresentado na noite de quarta-feira (24), a Advocacia-Geral da União (AGU) argumentou que Viana preenchia os requisitos de nomeação, pois o estatuto social da Apex previa como comprovação da proficiência em inglês a “experiência profissional no Brasil, de no mínimo dois anos, que tenha exigido conhecimento e utilização do idioma”.

Tal possibilidade de comprovação “é justamente a preenchida por Jorge Viana, que durante

mais de sete anos integrou a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal e que, ao longo do mandato, participou de 29 missões no exterior, incluindo inúmeras participações como representante do Parlamento brasileiro em conferências das Nações Unidas”, argumentou a AGU no recurso.

O órgão alegou ainda que o afastamento de Viana, ao prejudicar o funcionamento da Apex, prejudica a promoção das exportações, uma área estratégica para o país. A AGU acrescentou que a agência de exportações possui autonomia normativa, e que a modificação em seu estatuto social preencheu todos os requisitos formais da lei.

O recurso foi apresentado ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), segunda instância judicial, nesse caso. A AGU pediu liminar urgente para reverter a decisão do primeiro grau. Não há prazo definido para julgamento. (Agência Brasil)

O diretor-geral da Polícia Rodoviária Federal, Fernando Oliveira, pediu desculpas na quinta-feira (25) à família de Genivaldo de Jesus, morto, há um ano, durante abordagem de policiais rodoviários, em Sergipe. Genivaldo não resistiu à abordagem policial, quando foi trancado em uma viatura, utilizada como uma espécie de câmara de gás.

Os três policiais envolvidos estão presos e respondem por tortura e homicídio triplamente qualificado. Oliveira classificou a morte como um “fato traumático”.

“O fato é dramático para a instituição. O fato é mais dramático ainda para a família. Por isso, eu externo a minha consternação, a minha solidariedade à família e fiz o pedido formal de desculpa a família. E é um evento que nós não queremos ver se repetir”, disse.

O pedido de desculpas

aconteceu durante a apresentação do projeto do uso de câmeras corporais em uniformes policiais da PRF, apresentado na quinta-feira (25).

O Projeto Estratégico Bodycams prevê que a partir de abril de 2024 cerca de 6 mil agentes utilizem os equipamentos, aproximadamente metade da força policial. Os testes práticos começam em novembro, no projeto coordenado pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Caso Genivaldo

Em abril, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) manteve a prisão dos dois policiais rodoviários federais acusados pela morte de Genivaldo de Jesus Santos por asfixiamento em uma viatura da corporação, em maio de 2022.

Os ministros da Sexta Turma do tribunal decidiram manter a prisão preventiva por entenderam que os policiais

agiram com força desproporcional e contrariamente às normas internas. Além disso, os magistrados consideraram que a vítima tinha problemas mentais e não ofereceu resistência à abordagem.

Em janeiro, a Justiça de Sergipe determinou que os agentes da PRF envolvidos no caso sejam submetidos a júri popular pelos crimes de tortura e homicídio triplamente qualificado.

Ação

Imagens veiculadas na internet mostram a ação policial que deixou a vítima presa em uma viatura esfumada. O homem se debate com as pernas para fora enquanto um policial rodoviário mantém a tampa do porta-malas abaixada, impedindo o homem de sair ou respirar. Genivaldo teria sido parado pelos agentes por trafegar de moto sem capacete. (Agência Brasil)